Demonstrações Financeiras

Austral Seguradora S.A.

31 de dezembro de 2016 e 2015 com Relatório dos Auditores Independentes

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Relatório da administração da Austral Seguradora S.A.	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	8
Demonstração do resultado abrangente	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluyo de caiva	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12
Paracar dos atuários auditores independentes	



Relatório da Administração

Em atendimento às disposições legais e regulamentares, apresentamos as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

A Austral Seguradora S.A. (doravante "Austral" ou "Seguradora") obteve aprovação pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP para iniciar suas operações no dia 25 de outubro de 2010 e tem como foco estratégico a operação em seguros especializados para riscos corporativos, atuando nos ramos de seguro garantia, fiança locatícia, riscos de engenharia, riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos de petróleo, riscos marítimos e riscos diversos.

Dentre os destaques deste ano, ressaltamos o início da comercialização do seguro de riscos marítimos e de riscos operacionais, que está alinhada com o objetivo de atuar em novos nichos de mercado. Após 3 anos de operação no segmento de riscos de petróleo, a Seguradora se posicionou como o segundo maior *player* em volume de prêmios.

Contexto operacional

Os prêmios vigentes emitidos cresceram de R\$234,9 em 2015 para R\$325,4 milhões em 2016, demonstrando o sucesso das estratégias traçadas pela Austral durante o ano.

Ressaltamos que as despesas administrativas mantiveram uma relação estável em relação aos prêmios. Assim, o índice de despesas administrativas sobre prêmio emitido passou de 6,7% em 2015 para 5,6% em 2016. Já o resultado financeiro, embora positivo, apresentou queda em relação ao valor auferido no ano anterior, tendo atingido R\$16,6 em 2016 comparado a R\$18,5 milhões no mesmo período de 2015. Essa redução pode ser explicada pelo efeito não recorrente da variação cambial sobre nossas operações em moeda estrangeira.

Como consequência dos fatores citados acima, a Austral apresentou lucro líquido de R\$19,9 milhões em 2016, que representa um aumento de 5,7% em relação a 2015. Como mencionado anteriormente, esse crescimento poderia ter sido ainda maior não fosse o impacto não recorrente do resultado cambial de nossas operações em dólar.

Circular Susep

A política de investimentos adotada pela Austral observa as melhores práticas de gestão de risco de ativos e passivos. Política esta que garante a capacidade financeira da Companhia de honrar com seus compromissos, de acordo com os preceitos da Resolução CNSP nº 321/2015, e suas alterações posteriores. A Companhia mantém seus títulos nas categorias "títulos para negociação" e "disponível para venda", conforme explicitado nas demonstrações financeiras. A companhia não mantém títulos ou valores mobiliários classificados na categoria "mantido até o vencimento".



Ao final do exercício, o patrimônio líquido apurado foi de R\$ 112,2 milhões e o ativo total da Seguradora atingiu o montante de R\$ 668 milhões. Em 15 de dezembro de 2016, a A.M. Best reafirmou o rating de força financeira (FSR) B++ (Good) e de crédito do emissor 'bbb+' à Austral Seguradora S.A., o que confirma a solidez e qualidade creditícia da Austral.

A Austral planeja continuar sua trajetória de crescimento e presença relevante no mercado, mantendo uma política de subscrição técnica, estrutura de capital adequada, equipe qualificada e foco em eficiência e agilidade no atendimento a clientes e parceiros de negócio.

Por fim, a Austral Seguradora, agradece à sua equipe pelo empenho e dedicação, à Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, bem como aos clientes, parceiros, fornecedores e acionistas pela confiança depositada.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017.

Administração.



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 5º ao 10º andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: +55 21 3263-7000

ey.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Austral Seguradora S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Austral Seguradora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Austral Seguradora S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC2SP015199/F-6

Marcelo Felipe L. de Sá Contador CRC1RJ094644/O-0

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo		
Circulante	478.306	522.670
Disponível	23.096	17.477
Caixa e bancos	23.096	17.477
Aplicações (Nota 6)	215.237	150.034
Títulos de renda fixa - públicos	123.978	83.311
Quotas de fundos de investimentos	25.230	21.053
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	66.029	45.670
Créditos das operações com seguros e resseguros	90.169	117.465
Prêmios a receber (Nota 8)	83.363	105.710
Operações com seguradoras	3.242	5.342
Operações com resseguradoras	3.564	6.413
Outros créditos operacionais	2.264	1.418
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Notas 9 e 15)	124.179	218.427
Prêmio de resseguro diferido	105.368	85.939
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (Nota 16)	10.793	9.240
Sinistros pendentes de pagamento (Nota 16)	8.018	123.248
Títulos e créditos a receber	5.180	2.434
Créditos a receber	2.255	1.795
Créditos tributários (Nota 10)	2.841	536
Outros créditos	84	103
Custos de aquisição diferidos (Nota 11)	18.181	15.415
Comissões diferidas - seguro	15.751	13.678
Comissões diferidas - cosseguro	2.251	1.365 372
Outros custos aquisição diferidas	179	312
Ativo não circulante	189.711	165.848
Realizável a longo prazo	183.880	160.309
Aplicações (Nota 6)	12.334	16.279
Títulos de renda fixa - públicos	12.334	16.279
CARLO CALANDA E CAMBARA CARA MA	40.240	29 400
Créditos das operações com seguros e resseguros	49.210 48.568	38.409 37.135
Prêmios a receber (Nota 8) Operações com seguradoras	642	1.274
	98.321	83.738
Ativos de resseguro - provisões técnicas (Notas 9 e 15) Prêmio de resseguro diferido	90.156	78.090
Sinistros pendentes de pagamento (Nota 16)	7.161	5.646
Provisão de despesas relacionadas	1.004	2
Títulos e créditos a receber (Nota 10)		452
Créditos tributários	-	452
Custos de aquisição diferidos (Nota 11)	24.015	21.431
Comissões diferidas - seguro	20.030	19.713
Comissões diferidas - cosseguro	3.985	1.718
Imobilizado (Nota 12)	3.383	3.349
Bens móveis	3.138	3.087
Outras imobilizações	245	262
Intangível (Nota 13)	2.448	2.190
Outros intangíveis	2.448	2.190
Total do ativo	668.017	688.518
Total do ativo	0001017	

Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Passivo		
Circulante	334.362	419.205
Contas a pagar	8.065	6.522
Obrigações a pagar	5,326	4.823
Impostos e encargos sociais a recolher	1.553	549
Encargos trabalhistas	799	678
Impostos e contribuições	387	472
Débitos de operações com seguros e resseguros	87.831	114.976
Prêmios a restituir	486	156
Operações com seguradoras	4.133	24.037
Operações com resseguradoras (Nota 14)	73.535	72.575
Corretores de seguros e resseguros	9.388	17.951
Outros débitos operacionais	289	257
Depósitos de terceiros	768	751
Depósitos de terceiros	768	751
Provisão técnica de seguros e resseguros (Nota 15)	237.698	296.956
Provisão de prêmios não ganhos	161.387	130.651
Provisão de sinistros a liquidar	10.824	126.792
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	64.981	39.181
Outras provisões	506	332
Passivo não circulante	221.455	191.698
Contas a pagar	1.059	_
Tributos diferidos	1.059	-
Débito das operações com seguros e resseguros	32.328	31.363
Operações com seguradoras	2.993	6.072
Operações com resseguradoras (Nota 14)	24.284	20.048
Corretores de seguros e resseguros	5.051	5.243
Provisão técnica de seguros e resseguros (Nota 15)	188.058	160.325
Provisão de prêmios não ganhos	167.454	140.042
Provisão de sinistro a liquidar	19.449	20.280
Provisão de despesas relacionadas	1.155	3
Outros débitos	10	10
Processos administrativos	10	10
Patrimônio líquido (Nota 17)	112.200	77.615
Capital social	44.360	41.548
Aumento capital social em aprovação	19.477	2.812
Aumento ouplial ocolar em aprovação	1.754	1.311
Reserva de capital (Nota 21)		
Reserva de capital (Nota 21) Reserva de lucros	46.628	32.576

Total do passivo e patrimônio líquido 688.518

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação - em reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Prêmios emitidos Variações das provisões técnicas de prêmios	308.139 (68.663)	232.202 (25.726)
Prêmios ganhos (Nota 22a)	239.476	206.476
Receita com emissão de apólices DPVAT Sinistros ocorridos (Nota 22b) Custos de aquisição (Nota 22c) Outras receitas e despesas operacionais (Nota 22e) Resultado com resseguro (Nota 22d) Despesas administrativas (Nota 22f) Despesas com tributos (Nota 22g) Resultado financeiro (Nota 22h) Prejuízo na venda de intangível	2.172 (14.971) (18.765) (3.136) (163.117) (17.191) (6.083) 16.564	2.065 (155.263) (15.725) (3.694) 944 (15.571) (4.891) 18.546
(=) Resultado antes dos impostos e participações	34.946	32.887
Imposto de renda (Nota 18) Contribuição social (Nota 18) Participações sobre o lucro	(6.026) (5.110) (3.878)	(6.387) (4.294) (3.347)
(=) Lucro líquido do exercício	19.932	18.859
Quantidade de ações	53.941.999	44.104.964
Lucro por ação: Básico - Lucro líquido por lote de mil ações - em reais	0,37	0,43

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	19.932	18.859
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes		
Variação valor justo ativos financeiros disponíveis para venda Efeito do imposto de renda e contribuição social	1.114 (501)	(1.397) 616
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos impostos	613	(781)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos dos impostos	20.545	18.078

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

				Reserva	Reservas de lucros	Ajuste com		
	Capital social	Capital social (em aprovação)	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	títulos e valores mobiliários	Lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	41.548	1	823	1.131	16,346	149	1	29,997
Aumento control en autoria de (Note 179)		2,812	1	7	ı	ı	1	2.812
Authority Capital Social City aprovação (1906 17.9)	ı	' '	1	1	ı	ı	18.859	18.859
Darda não realizada nos fífulos disponíveis para venda	,		,	1	Ţ	(781)		(781)
ncentivo baseado em ações (Nota 21)	1	. 1	488	ı	1		1	488
Proposta para distribuição do resultado								
Constituição de reserva legal	1	1	1	943	1	ı	(843)	I
Sonstituioso de reserve de lacros	•	1		1	14.156		(14.156)	I
Juros sobre capital próprio (Nota 17c)		-		1	1		(3.760)	(3,760)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	41.548	2.812	1.311	2,074	30.502	(632)		77.615
(Note 179)	2812	(2.812)			,	ı	ı	
Aprovação do administro de capital (Nota 17a)		19 477	,	,			ı	19.477
Aumento de exercício				,	्	,	19.932	19.932
Educio inquido do exercicio. Gambo não realizada nos fítulos disponíveis nara venda			٠	1	1	613		613
ncentivo baseado em acões (Nota 21)	٠	1	443	1	•	ı	ì	443
Proposta para distribuição do resultado	ı		•	266			(266)	
Constituição de reserva regal		,		1	13.055	1	(13.055)	1
Juros sobre capital próprio (Nota 17c)		1	•		•		(5.880)	(2.880)
Charles of the property of the	44.360	19.477	1.754	3.071	43.557	(19)		112.200

Demonstração do fluxo de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
A THE RESERVE OF THE PARTY OF T	OVER 1	
Lucro líquido do exercício	19.932	18.859
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	1.286	938
Reversão perda por redução do valor recuperável dos ativos	(4)	(2)
Remuneração baseada em ações	443	488
	21.657	20.283
Variações nas contas patrimoniais		
Ativos financeiros	(60.645)	(36.560)
Créditos das operações com seguros e resseguros	15.653	(27.923)
Ativos de resseguros - provisões técnicas	79.665	(142.562)
Ativo fiscal diferido	1.059	(1.287)
Títulos e créditos a receber	(2.294)	189
Custos de aquisição diferidos	(5.350)	(9.977)
Impostos e contribuições	12.683	10.751
Débitos de operações com seguros e resseguros	(26.180)	29.373
Contas a pagar	(4.872)	(1.931)
Depósito de terceiros	17	(3.502)
Provisões técnicas de seguros e resseguros	(31.525)	177.812
Provisões judiciais		(3)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.764)	(11.374)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(11.896)	3.289
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(513)	(2.516)
Aquisição de intangível	(1.065)	(1.152)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(1.578)	(3.668)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	19.477	2.812
Pagamento de juros sobre capital próprio	(384)	(504)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	19.093	2.308
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	5.619	1.929
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	17.477	15.548
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	23.096	17.477

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Austral Seguradora S.A. ("Seguradora" ou "Companhia"), é uma sociedade de capital fechado, constituída em 29 de dezembro de 2009, registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro em 15 de janeiro de 2010, com sede no Brasil e matriz domiciliada na cidade do Rio de Janeiro.

Em 06 de outubro de 2011, a Austral Participações S.A. passou a ser acionista e detentora de 100% das ações da Companhia.

Em 05 de setembro de 2014, os acionistas da Austral Participações S.A. aprovaram, a participação do International Finance Corporation - IFC como acionista da Companhia, mediante o aumento de capital social da Austral Participações S.A. em R\$79.000.

A entrada do International Finance Corporation - IFC como acionista com participação qualificada indireta na Austral Seguradora S.A. foi ratificado pela Portaria SUSEP nº6.130/2014, publicada no Diário Oficial da União em 24 de dezembro de 2014, tendo sido ratificado na referida portaria que não houve alteração do bloco de controle da Austral Participações S.A.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

a) Continuidade

A Administração avaliou a habilidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

b) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas respectivas alterações e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP (doravante "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP").

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

b) <u>Declaração de conformidade</u>--Continuação

A Circular SUSEP nº 517, emitida em 30 de julho de 2015, e as alterações posteriores que dispõem sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradores locais, com vigência a partir da data de publicação, revogando a Circular SUSEP nº 508 emitida em 09 de janeiro de 2015.

As alterações das normas contábeis introduzidas por esta Circular não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

A autorização para conclusão da elaboração das demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Seguradora em 21 de fevereiro de 2017.

c) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. As transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas pela taxa de câmbio para a moeda funcional da data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando a taxa de câmbio vigente na data do fechamento do balanço. As diferenças decorrentes da conversão são lançadas diretamente contra o resultado do exercício.

d) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial:

- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
- Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP.
- Recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras--Continuação

d) Base para mensuração--Continuação

Conforme permitido pelo CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou as práticas contábeis adotadas no Brasil aos seus contratos de seguro, de acordo com as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis.

Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, dentre outros, a avaliação de passivos de contratos de seguros, a determinação do valor justo de ativos financeiros, o teste de perda do valor recuperável de ativos não financeiros, provisão para contingências e tributos diferidos.

A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá sofrer alteração em relação ao valor estimado em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação conforme comentado na Nota 4.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados.

a) <u>Disponível</u>

Incluem caixa e saldos positivos em contas corrente, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

b) Ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação dos ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação no mínimo a cada data de balanço. A Seguradora classifica seus ativos financeiros conforme as categorias segundo CPC nº 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração:

1. Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de negociação no curto prazo, sendo reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Esses ativos são mensurados ao custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e avaliados subsequentemente ao valor justo, com variações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado do período. Os custos de transação incorridos na aquisição dos ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos imediatamente no resultado do período conforme incorridos. Os títulos nessa categoria são classificados no ativo circulante independentemente da data de vencimento do título

II. Títulos disponíveis para venda

A Seguradora classifica nesta categoria todos os ativos financeiros, não derivativos, que não sejam designados na categoria anterior. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

III. Recebíveis

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a doze meses após a data-base do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como saldo de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, valorizados pelo custo amortizado deduzidos da provisão de redução ao valor recuperável - impairment. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor faturado através da emissão da apólice, ajustado pela provisão para impairment, se necessário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

c) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliado subsequentemente também ao valor justo.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Seguradora classifica formalmente e documenta a relação à qual a Seguradora deseja aplicar a contabilidade de hedge, bem como o objetivo e estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma em que a Seguradora irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge.

A Seguradora não possuía instrumentos financeiros derivativos na data de encerramento das demonstrações financeiras, nem efetuou transações com instrumentos derivativos ao longo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

d) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro e resseguro

Contratos de seguros são os contratos em que a Seguradora aceita o risco de seguro significativo de outra parte (o detentor da apólice), concordando em pagar indenização de seguro aos detentores da apólice no caso de ocorrência de um evento futuro incerto especificado (o evento segurado), com efeito adverso sobre o detentor da apólice. De forma geral, a Seguradora determina se apresenta risco de seguro significativo, por meio da comparação dos prêmios recebidos com os sinistros a pagar se o evento segurado tivesse ocorrido.

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, sendo a parcela de prêmios ganho reconhecida no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As operações de cosseguro aceito e as realizadas através dos consórcios do seguro DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

d) Reconhecimento e mensuração de contratos de seguro e resseguro--Continuação

Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) dos ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e com os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas, originados na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração dos riscos dos contratos.

Os prêmios de resseguro cedidos são registrados quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriados ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento do prêmio de resseguro cedido é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado.

A Seguradora analisa a recuperabilidade dos ativos de resseguro regularmente. Quando há evidência objetiva de perda no valor recuperável, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo de resseguro ao seu valor estimado de recuperação e reconhece imediatamente qualquer perda no resultado dos exercícios.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foi verificada a necessidade de se realizar provisão para perdas com o valor recuperável sobre os ativos de resseguro da Seguradora.

e) Passivos de seguro

A Seguradora utilizou as diretrizes do CPC nº 11 - Contratos de Seguro para avaliação dos contratos de seguro, aplicando as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro tais como teste de adequação de passivos, avaliação do valor recuperável de ativos de resseguro, verificação da adequação do limite de retenção praticado, dentre outras políticas aplicáveis.

Adicionalmente, a Administração não identificou situações onde tenha utilizado excesso de prudência na avaliação de contratos de seguro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

e) Passivos de seguro--Continuação

As provisões técnicas para garantia dos contratos de seguros são constituídas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades seguradoras autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em seguro de danos, e estão de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, expostas através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 (e suas alterações), e pela Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 (e suas alterações).

Para cada provisão técnica especificada a seguir foi desenvolvida pelo atuário responsável técnico uma nota técnica atuarial com a descrição da metodologia de cálculo adotada.

Provisão de prêmios não ganhos - PPNG

Conforme a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, e suas alterações, essa provisão é constituída para a cobertura de valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data base de cálculo obedecidos os critérios estabelecidos no normativo.

A parcela relativa aos riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) é constituída para a cobertura dos sinistros a ocorrer, considerando indenizações e despesas relacionadas, ao longo dos prazos a decorrer referentes a esses riscos vigentes na data base de cálculo mas não emitidos pela Seguradora.

A metodologia de cálculo adotada pela Companhia tem como base a escolha de um fator de atraso médio de acordo com a análise das taxas de atraso verificadas na carteira da Seguradora. Esse fator de atraso é aplicado sobre a PPNG de riscos vigentes e já emitidos, resultando na provisão de prêmios não ganhos para riscos vigentes mas não emitidos - PPNG-RVNE. Além disso, a Seguradora trata individualmente os casos de grandes apólices já sabidas pelos subscritores de cada linha de negócio, mas ainda não emitidas.

Esse critério de cálculo permite uma adequação rápida da provisão a qualquer inconsistência verificada nos testes de consistência da provisão para os meses anteriores.

Provisão de Despesa Administrativa do DPVAT

Constituída com base nos valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

- e) Passivos de seguro--Continuação
 - Provisão de sinistros a liquidar PSL

Constituída mensalmente para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados e não pagos, até a data base do cálculo, incluindo os sinistros administrativos e judiciais. A PSL inclui atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais quando necessário.

Para os sinistros do grupo de riscos financeiros, a Seguradora estima uma expectativa de ressarcimentos advinda da probabilidade de êxito na execução de seus contratos de contragarantia.

A provisão de sinistros a liquidar referente ao DPVAT é constituída com base nos valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR

É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e ainda não avisados até a data base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, bruto das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido obedecendo critérios estabelecidos na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e suas alterações.

Enquanto a Seguradora não apresentar uma massa de dados significativa, que permita o cálculo estatístico desta provisão através de uma metodologia própria prevista em nota técnica atuarial serão adotados os percentuais padrões de cálculo estabelecidos no normativo.

A provisão de sinistros ocorridos e não avisados - IBNR referente ao DPVAT é constituída com base nos valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Provisão de despesas relacionadas - PDR

É constituída mensalmente para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro quanto às despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

f) Custos de aquisição diferidos

As despesas de comissão são registradas quando da data de emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio de seguro relacionado.

A tabela abaixo demonstra o prazo médio de diferimento dos ramos:

	31/12/2016					
	Prazo médio de vigência					
Ramos	Em dias	Em meses				
0141 Lucros cessantes	397	13				
0167 Riscos de engenharia	824	27				
0171 Riscos diversos	397	13				
0196 Riscos nomeados operacionais	366	12				
0234 Riscos de petróleo	488	16				
0351 Responsabilidade civil geral	793	26				
0746 Garantia segurado - fiança locatícia	488	16				
0775 Garantia segurado - setor público	1.251	41				
0776 Garantia segurado - setor privado	946	31				
1433 Cascos marítimos	397	13				

31/12	2/2015			
Prazo médio de vigência				
Em dias	Em meses			
366	12			
288	9			
377	11			
366	12			
361	12			
288	9			
429	14			
613	20			
458	15			
	Prazo médic Em dias 366 288 377 366 361 288 429 613			

24/42/2045

g) Reconhecimento de sinistros e despesas

Os sinistros decorrentes de seguros gerais incluem todos os eventos que ocorrem durante os exercícios, avisados ou não, os respectivos custos internos e externos com tratamento de sinistros diretamente relacionados ao processamento e liquidação dos mesmos, o valor reduzido representado por salvados e outros montantes recuperados e eventuais ajustes de sinistros a liquidar de exercícios anteriores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixada. Todos os outros reparos e as manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

i) <u>Intangível</u>

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento de softwares de terceiros que são diretamente usados pela Seguradora são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

i) <u>Intangível</u>--Continuação

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos no desenvolvimento e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada.

i) Recuperação de ativos financeiros

Por ocasião de encerramento de balanço, a Seguradora avalia se há evidências objetivas de que um determinado ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos originados pela não recuperação do ativo são incorridos somente se há evidências objetivas de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

k) Ativos contabilizados ao custo amortizado

Quando houver evidência clara da ocorrência de perda de valor recuperável de ativos contabilizados ao custo amortizado, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas, mas ainda não incorridas), descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado.

A Seguradora inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda de valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativo, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se for concluído que não existe real evidência de perda de valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto com relação à perda de valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

4. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

k) Ativos contabilizados ao custo amortizado--Continuação

Eventual perda no valor recuperável é sempre avaliada na data de encerramento do exercício.

Para fins de impairment, a Companhia designa os prêmios de seguros a receber a partir de estudos econômicos de perdas incorridas, e riscos de inadimplência entre outros fatores. A constituição de impairment será registrada quando necessário de acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015.

Se, em período subsequente, houver redução no montante da perda no valor recuperável claramente relacionada a um evento ocorrido após o reconhecimento da referida perda, a perda no valor recuperável anteriormente reconhecida será estornada. Qualquer estorno subsequente de perda no valor recuperável é reconhecido na demonstração do resultado, na medida em que o valor contábil do ativo não ultrapasse o seu respectivo custo amortizado na data do estorno.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos e passivos tributários correntes dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. O imposto de renda foi calculado com base no resultado do período, pela alíquota de 25%. A contribuição social foi calculada com base no resultado do período, pela alíquota de 15% até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015, ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal em vigor.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

l) <u>Imposto de renda e contribuição social diferidos</u>--Continuação

As diferenças temporárias serão utilizadas para reduzir ou aumentar lucros tributários futuros. A Companhia semestralmente reavalia o montante de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos em relação à performance operacional e projeção do lucro tributável e, se necessário, reduz os valores para o valor esperado de realização.

m) Teste de adequação de passivo

Conforme requerido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, em cada data de balanço, a Seguradora avalia as obrigações decorrentes dos contratos de seguro vigentes na data base através do teste de adequação de passivo. A Superintendência de Seguros Privados instituiu e definiu as regras para a elaboração deste teste por meio da Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, suas alterações e orientações.

O teste de adequação de passivo não se aplica aos contratos de seguro relativos ao ramo DPVAT e foi realizado com prudência e objetividade, a partir da utilização de métodos estatísticos e atuariais relevantes, aplicáveis e adequados, baseado em dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas.

Em resumo, o resultado do teste de adequação de passivo - TAP é apurado pela diferença entre o valor das estimativas correntes dos fluxos de caixa e a soma do saldo contábil das provisões técnicas na data base do teste, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas.

A Seguradora elaborou uma metodologia que representa a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, utilizando premissas atuais, realistas e não tendenciosas para cada variável envolvida no teste. De acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015 e suas alterações, os fluxos de caixa estimados na realização do teste de adequação de passivos são brutos de resseguro.

A Seguradora apresenta apenas fluxos de direitos e obrigações em moeda nacional e em dólar. Dessa forma, para as estimativas dos fluxos de caixa em valores nominais foi utilizada a ETTJ livre de risco pré-fixada da ANBIMA disponibilizada pela SUSEP. Do mesmo modo, para as estimativas decorrentes dos fluxos de caixa em dólar, utilizou-se a curva cupom dólar, disponibilizada pela SUSEP.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

m) Teste de adequação de passivo--Continuação

Os testes de adequação de passivo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 indicaram que as provisões constituídas nas referidas datas, deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados, são suficientes para garantir o valor presente esperado dos fluxos de caixa que decorram do cumprimento dos contratos de seguro.

Além disso, a comparação entre a provisão de prêmio não ganho - PPNG constituída (deduzida das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados) com o valor presente dos fluxos de sinistros a ocorrer da Seguradora não demonstrou necessidade de constituição da provisão complementar de cobertura.

n) Outras provisões, ativos e passivos contingentes

Segundo o CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma provisão contingente de natureza trabalhista, cível e tributária é reconhecida quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de evento passado, cujo valor tenha sido estimado com segurança e que seja provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação. Quando alguma destas características não é atendida, a Companhia não reconhece uma provisão. As provisões são constituídas a partir de uma série de análises individualizadas, efetuadas pela assessoria jurídica da Seguradora, dos processos administrativos e judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando em um desembolso futuro. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

o) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera que a contabilização dos prêmios de seguros ocorre na data de emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

o) Apuração do resultado--Continuação

Os prêmios de seguros e as correspondentes despesas de comercialização são apropriados no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto.

As receitas de prêmios de seguros são apropriadas ao resultado quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e diferidas para apropriação, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos - PPNG. Os prêmios relativos aos contratos de resseguro são registrados como prêmios de resseguros cedidos no resultado e diferidos para apropriação por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos - PPNG, conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial.

p) Resultado por ação

Em atendimento ao CPC nº 41 - Resultado por Ação, a Companhia apresenta o resultado por ação básico e diluído para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade de ações disponíveis na data. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não possuía ações preferenciais.

O cálculo do lucro líquido por lote de mil ações está demonstrado nas demonstrações de resultado do exercício.

Para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a Companhia ajusta o lucro atribuível ao titular de ações ordinárias (capital próprio ordinário) da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder do acionista (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O objetivo do resultado diluído por ação é consistente com o do resultado básico por ação é fornecer uma medida da participação de cada ação ordinária no desempenho da companhia e, ao mesmo tempo, refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em circulação durante o período.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

3. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

q) Incentivo baseado em ações

O incentivo dos executivos baseada em ações é mensurado e reconhecido a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que as condições de serviço são cumpridas, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

Quando um prêmio de liquidação com instrumentos patrimoniais é cancelado, o mesmo é tratado como se tivesse sido adquirido na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do prêmio é reconhecida imediatamente. Isto inclui qualquer prêmio em que as condições de não aquisição dentro do controle da Companhia ou da contraparte não são cumpridas. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado e é designado como plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de alto grau de julgamento da Administração na utilização de determinadas políticas contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das práticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos, além daqueles que envolveram estimativas e premissas, que tiveram os principais efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

a) Avaliação de passivos de contratos de seguros

Conforme permitido pelo pronunciamento CPC nº 11 - Contratos de Seguro, a Companhia aplicou as práticas contábeis aceitas no Brasil aos seus contratos de seguro. As provisões técnicas que representam os passivos de contratos de seguros dos ramos em que a Seguradora atua são: Provisão de Prêmios não Ganhos Riscos Vigente e já Emitidos - PPNG-RVE, Provisão de Prêmios não Ganhos para Riscos Vigentes mas não Emitidos - PPNG-RVNE, Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL, Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR e Provisão de Despesas Relacionadas - PDR.

As provisões técnicas da Seguradora são calculadas de acordo com metodologias conhecidas no mercado segurador brasileiro, estando em conformidade com todos os requisitos estabelecidos pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. O comportamento da carteira de seguros da Companhia é acompanhado mensalmente a fim de prever e estabelecer critérios adequados para mensuração de suas provisões.

b) Provisão para recuperação de ativos de seguros, cosseguros e resseguros

Essas provisões são registradas de acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização dos valores a receber relativos a operações com seguros, cosseguros e resseguros.

c) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera a melhor estimativa da Administração sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão das estimativas de vida útil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

--Continuação

d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa mensalmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não houve indícios de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

e) Provisões para contingências

A Seguradora está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios, sendo que a avaliação dos riscos envolve considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. Como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recurso envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras intermediárias devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas mensalmente.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía nenhuma contingência de natureza trabalhista ou tributária, possuindo apenas duas contingências de natureza cível que se encontra provisionada na rubrica de PSL judicial, de acordo com a melhor estimativa enviada pela cedente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro

a) Gestão de risco de seguro

O principal risco para a Seguradora nos contratos de seguro é o de que os pagamentos de sinistros não correspondam às expectativas. Isso é influenciado pela frequência dos sinistros, sua gravidade, valores efetivamente pagos e históricos de sinistros de longo prazo. Desta forma, o objetivo da Seguradora é de assegurar a disponibilidade de reservas suficientes para cobrir esses passivos.

A exposição do risco acima é reduzida por meio da diversificação da carteira, através da análise criteriosa de aceitação do risco, com a implementação de diretrizes saudáveis e prudentes sobre a estratégia de subscrição, bem como o monitoramento constante para realização de eventuais ajustes.

A Seguradora subscreve seguros listados na tabela a seguir, considerando fatores técnicos de risco. Para fins de precificação dos riscos, com o objetivo de obter resultados consistentes, estáveis, positivos individualmente e para a carteira, é adotada a política de subscrição e procedimentos operacionais para avaliação de riscos. A Seguradora utiliza um modelo de precificação que segue as premissas de gestão de riscos da Companhia. Destacamos que o procedimento contempla o regime de alçadas decisórias, documentos estes formalmente aprovados e devidamente divulgados a todas as alçadas envolvidas.

A Seguradora adquire resseguro como parte do seu programa de redução de riscos. O resseguro cedido é contratado em bases proporcionais e não proporcionais.

O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e por carteira, baseada no valor de prêmio bruto de resseguro e líquido de resseguro.

										Riscos		
Região geográfica	DPVAT	Garantia	Risco de engenharia	Responsabilidade civil	Risco petróleo	Riscos diversos	Lucros cessantes	nomeados operacionais	Marítimos cascos	Total		
Centro-Oeste	3.480	15.805	32	2		-	2	1.168	-	20.487		
Nordeste	6.594	12.945	57	1	-		-	-	523	20.120		
Norte	2.051	3.510	2					_		5,563		
Sudeste	17.240	104.966	9,433	258	103.122	1.568	4.141	5.175	1.604	247.507		
Sul	7.339	3.457	14	1	-		1.361	2.182	108	14.462		
Total	36.704	140.683	9.538	262	103.122	1.568	5.502	8.525	2.235	308.139		

Região geográfica	DPVAT	Garantia	Risco de engenharia	Responsabilidade civil	Risco petróleo	Riscos diversos	Lucros cessantes	Riscos nomeados operacionais	Marítimos cascos	Total
Centro-Oeste	3.284	6.129	66	4		-	-	_	-	9.483
Vordeste	6.481	5.917	155	7	32	-	-	-		12.560
Vorte	1.983	338	2	2	-		-	w	-	2.325
Sudeste	16.833	92.585	2.988	176	70.333	2.378	1	526	6.754	192.574
Sul	7.016	7.476	79	5	-	-	44	640		15.260
Total	35.597	112.445	3.290	194	70.333	2.378	45	1.166	6.754	232.202

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

a) Gestão de risco de seguro--Continuação

Região geográfica	DPVAT	Garantia	Risco de engenharia	Responsabilidade civil	Risco petróleo	Riscos	Lucros	Riscos nomeados operacionais	Marítimos cascos	Total
rtogiao googranoa	D1 1711	Guidina	ongomian		Personal					
Centro-Oeste	3,480	9.581	16	1	-	-		256	-	13,334
Nordeste	6.594	7.301	29	_	-	-			158	14.082
Norte	2.051	2.191	1		-	-		-	-	4.243
Sudeste	17,240	49.684	2.565	126	4.518	1,281	564	799	1.015	77.792
Sul	7.339	2.103	7			-	55	88	42	9.634
Total	36.704	70,860	2.618	127	4.518	1.281	619	1.143	1.215	119.085
			Dis	tribuição de prêmio	líquido de r	esseguro en	n 31 de dezer			
Região geográfica	DPVAT	Garantia	Risco de engenharia	Responsabilidade civil	Risco petróleo	Riscos diversos	Lucros cessantes	Riscos nomeados operacionais	Marítimos cascos	Total
Centro-Oeste	3.284	3.827	33	2		12				7.146
Nordeste	6.481	3.613	78	3	-		_		_	10.175
Norte	1.983	194	-	2	-	-	-	-	_	2.179
Sudeste	16.833	45,437	635	79	5.169	2.016	_	78	1.061	71.308
							11	134	_	11.388
Sul	7.016	4.183	41	3				134		11.000

b) Teste de sensibilidade das atividades operacionais

A Seguradora tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira com o intuito de avaliar a volatilidade da mesma, por meio de mudancas que podem trazer alterações significativas nos resultados.

De acordo com a administradora dos recursos financeiros da Companhia, a Vinci Gestora de Recursos Ltda., tais investimentos geravam uma exposição cujo Value at Risk - VAR paramétrico com nível de confiança de 95%, horizonte de um dia e histórico de duzentos e cinquenta e dois dias úteis era 0,17% do patrimônio da carteira, conforme Nota 5.e ou 0,21% com nível de confiança de 99%. A Seguradora também considera em sua análise o comportamento da sua carteira de investimentos em cenários de stress dos principais fatores de risco que compõem seus ativos, descritos abaixo:

 Estrutura da curva a termo do IPCA: variação de 300 pontos base ou 3% de forma equânime em todos os vértices da curva a termo de inflação - IPCA - inferida pela curva de juros das NTN-B.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

b) Teste de sensibilidade das atividades operacionais--Continuação

Câmbio: variação de 10% na taxa de câmbio.

Cenário A (**)				Cenário B (**)	
Fatores de risco	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos	Fatores de risco	Choque	Impacto no resultado antes dos impostos
Inflação	+300bps (*)	(8.450)	Inflação	-300bps (*)	8.450
Câmbio	+10%	2.230	Câmbio	-10%	(2.230)
Total		(6.220)	Total		6.220

* bps = pontos base, sendo 1 bp = 0,01%.

Além dos cenários acima expostos, os índices de sinistralidade observados nas linhas de negócio impactam diretamente o resultado apresentado em 31 de dezembro de 2016.

Sinistralidade

Com o intuito de realizar um teste de sensibilidade de sinistralidade, adotou-se um percentual de 10% de agravo nos valores das indenizações avisadas, líquidas da recuperação de cosseguro, e nos valores das recuperações das indenizações com resseguro no exercício de 2016. Este agravo foi limitado a um valor mínimo de 10% da relação das indenizações avisadas agravadas sobre o prêmio ganho.

Assim, calculou-se o impacto sobre o resultado da Companhia com esses novos montantes de sinistros e, consequentemente, possíveis alterações de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR.

^{**} Informações fornecidas pela a Administradora dos recursos financeiros da Companhia (Vinci Gestora de Recursos Ltda.).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

b) <u>Teste de sensibilidade das atividades operacionais</u>--Continuação

• Sinistralidade--Continuação

A tabela abaixo apresenta os valores de variação dos sinistros avisados brutos e líquidos de resseguros, considerando as premissas descritas acima, segregados por ramo de atuação da Seguradora.

	31 de dezembro de 2016				
Ramos	Variação de sinistro avisado, bruto de resseguro	Variação de sinistro avisado, líquido de resseguro	Teste de Variação de IBNR bruto de resseguro	Teste de Variação de IBNR, líquido de resseguro	
Lucros cessantes	481	-			
Riscos de engenharia	981	9	-		
Riscos diversos	1.256	855	10	7	
Riscos nomeados operacionais	786	-	_	-	
Riscos de petróleo	9.534	39	-	-	
Responsabilidade civil geral	27				
Garantia segurado - fiança locatícia	61	-	-	1.5	
Garantia segurado - setor público	6.621	2.715		-	
Garantia segurado - setor privado	2.044	920	79	36	
Cascos marítimos	501	8	-	**	
Total	22.292	4.546	89	43	

	31 de dezembro de 2015				
Ramos	Variação de sinistro avisado, bruto de resseguro	Variação de sinistro avisado, líquido de resseguro	Teste de Variação de IBNR bruto de resseguro	Teste de Variação de IBNR, líquido de resseguro	
Lucros cessantes	2	-	_		
Riscos de engenharia	702	81	112	13	
Riscos diversos	61	46	5	4	
Riscos nomeados operacionais	29	6	-	-	
Riscos de petróleo	11.049	375	696	24	
Responsabilidade civil geral	10	3	2	1	
Garantia segurado - fiança locatícia	47	31		~	
Garantia segurado - setor público	5.621	2.902	-	-	
Garantia segurado - setor privado	713	150	51	11	
Total	18.234	3.594	866	53	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

b) Teste de sensibilidade das atividades operacionais--Continuação

Sinistralidade--Continuação

O impacto sobre o resultado e patrimônio líquido da Seguradora após impostos e contribuições em 31 de dezembro de 2016 seria uma redução do resultado e do patrimônio líquido no montante de R\$2.824 (R\$1.836 em 31 de dezembro de 2015).

c) Gestão de riscos financeiros

A política de investimentos define as diretrizes para a alocação dos recursos da Austral em títulos e valores mobiliários bem como o monitoramento dos riscos inerentes à carteira de investimentos.

Os investimentos são pautados em análises dos cenários macroeconômicos de curto, médio e longo prazo, sendo observadas as principais variáveis da economia brasileira e mundial, tais como: expectativas de evolução das taxas de juros, inflação, câmbio, crescimento da economia, entre outras.

Em suas decisões de investimento, a Seguradora considera a necessidade de caixa e o casamento dos seus ativos e passivos seguindo uma postura conservadora com relação ao crédito de suas contrapartes e nos investimentos realizados. A gestão de riscos dos investimentos financeiros é realizada através de análise e monitoramento diário da carteira.

A Seguradora possui um Comitê de Investimentos que se reúne para analisar a performance da carteira, traçar cenários prospectivos e, com isso, definir as linhas gerais para os investimentos nos meses a seguir.

d) Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. As análises de risco de créditos são baseadas em rating determinado por agências classificadoras de riscos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

d) Risco de crédito--Continuação

A Companhia possui negócios apenas com resseguradores bem avaliados pelas agências de rating, apresentando operações com doze resseguradores locais, vinte e dois resseguradores admitidos, e vinte e nove resseguradores eventuais. Nesse painel, as classificações mais baixas são: Standard & Poor's (A-), Fitch (A-), Moody's (A2) e A.M Best Company (A-).

Adicionalmente, a Seguradora possui uma exposição de R\$4.019 em cosseguro, onde as contrapartes são sociedades seguradoras. Esta exposição em risco de crédito foi calculada de acordo com o artigo 5º do anexo I da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015.

e) Risco de mercado

Consiste na possibilidade de perdas, em função de flutuação desfavorável do valor dos investimentos da Seguradora.

O controle do risco de mercado é baseado no modelo Value at Risk - VAR, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

Em 31 de dezembro de 2016, o Value at Risk - VAR paramétrico com nível de confiança de 95%, horizonte de um dia e histórico de duzentos e cinquenta e dois dias úteis era de 0,17% do patrimônio da carteira.

Em paralelo a esse controle, a Seguradora desenvolveu um modelo para cálculo do capital de risco de mercado baseado nos princípios estabelecidos na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015 e suas alterações.

f) Risco de liquidez

Consiste na possibilidade de uma Companhia não ser capaz de responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descasamento de prazo entre seus ativos e passivos. A Administração possui visibilidade diária à carteira da Companhia, discutindo regularmente em suas reuniões ou extraordinariamente quando necessário a posição dos investimentos levando em conta a sua liquidez e expectativa de rentabilidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

f) Risco de liquidez--Continuação

A Seguradora tem por filosofia ser conservadora em seus ativos financeiros, entendidos como a soma de sua posição disponível mais suas aplicações financeiras, priorizando sempre a capacidade de liquidez na escolha de seus ativos financeiros, tendo como base suas obrigações com as contrapartes. Atualmente, a Seguradora possui 64% (57% em 31 de dezembro de 2015) da sua carteira em depósitos bancários, LFT e NTN-B, títulos esses que possuem liquidez diária a despeito do seu vencimento. As cotas de fundos de investimentos referentes ao DPVAT correspondem a 26% (22% em 31 de dezembro de 2015) de sua carteira (esses fundos só podem investir em títulos públicos que, como dito anteriormente, possuem liquidez imediata). Adicionalmente, 5% (6% em 31 de dezembro de 2015) dos ativos financeiros por outros fundos de investimento com prazo de resgate inferior a 120 dias.

Vale ressaltar que a Seguradora realiza o bloqueio de ativos aceitos pelo Conselho Monetário Nacional para garantir a necessidade de cobertura das provisões técnicas, de 20% do capital de risco, mantendo uma situação de liquidez em relação ao capital de risco, conforme disposto na Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015

•	31/12/2016						
Ativos e passivos	Sem vencimento	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total		
Ativos e passivos	7011011110						
Caixa e bancos	23.096		-	-	23.096		
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	91.259	24.794	54.529	44.655	215.237		
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	2.117	10.217	12.334		
Crédito das operações de seguros e resseguros	-	92.432	49.210	-	141.642		
Títulos e créditos a receber	46	5.180	•	·	5.180		
Total de ativos	114.355	122.406	105.856	54.872	397.489		
Contas a pagar	1.4.1	8.065	1.059		9.124		
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)	-	113.519	89.737	2.1	203.256		
Débito das operações de seguros e resseguros	-	87.831	32.328	-	120.159		
Depósitos de terceiros		768	-	-	768		
Total de passivos		210.183	123.124	-	333.307		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

5. Gestão de risco de seguro e risco financeiro--Continuação

f) Risco de liquidez--Continuação

	31/12/2015						
Atiyos e passivos	Sem vencimento	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	Acima de 2 anos	Total		
	47.477				17.477		
Caixa e bancos	17.477	-	10.000	00.004			
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	66.723	-	13.930	69.381	150.034		
Ativos financeiros disponíveis para venda	-		-	16.279	16.279		
Crédito das operações de seguros e resseguros	-	117.465	38.409	-	155.874		
Outros créditos operacionais	-	1,418	-	-	1.418		
Títulos e créditos a receber	-	2.434	452	-	2.886		
Total de ativos	84.200	121.317	52.791	85.660	343.968		
Contas a pagar	-	6.522		-	6.522		
Passivos de contrato de seguros (líquidos de resseguro)		78.529	76.587		155.116		
Débito das operações de seguros e resseguros	_	114.976	31,363	-	146,339		
Depósitos de terceiros		751	-	-	751		
Total de passivos		200.778	107.950		308.728		

6. Ativos financeiros

a) Classificação por categoria e faixa de vencimento

		31 de dezembro de 2016							
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual Contábil das Aplicações	Percentual de curva das Aplicações
Títulos para negociação Quotas de fundo de investimento financeiro -									
DPVAT	-	66.029	-	-	-	66.029	66.029	29%	29%
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	-	24.794	80.017		104.811	104.828	46%	46%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA		-	-	19.167	19.167	18.693	8%	8% 11%
Quotas de fundos de investimentos	-	25.230			-	25.230	25.230	11%	11%
II. Títulos disponíveis para venda Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA	-	_	2.117	10.217	12.334	12.403	5%	5%
Total		91.259	24.794	82.134	29.384	227.571	227.183	100%	100%
				31 de	dezembro	bro de 2015			
	Taxas contratadas	Sem vencimento	Até 12 meses	De 13 a 60 meses	Acima de 60 meses	Valor contábil de mercado	Valor de curva	Percentual Contábil das Aplicações	Percentual de curva das Aplicações
Títulos para negociação Quotas de fundo de investimento financeiro -									
DPVAT	-	45.670	-	_	-	45.670	45.670	27%	27%
Letras financeiras do tesouro - LFT	SELIC	1.0	-	75.364	-	75.364	75.378	45%	45%
Letra do tesouro nacional - LTN	PRE	1		7.947	31	7.947	8.108	5%	5%
Quotas de fundos de investimentos		21.053	-	-	-	21.053	21.053	13%	13%
II. Títulos disponíveis para venda	7.00					10.070	47 400	10%	10%
Notas do tesouro nacional - NTN-B	IPCA		-	1.944	14.335	16.279	17.462	10%	10%
Total		66.723	-	85.255	14.335	166.313	67.671	100%	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

6. Ativos financeiros--Continuação

a) <u>Classificação por categoria e faixa de vencimento</u>--Continuação

Para os títulos públicos, os valores de mercado foram determinados com base nas cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

As quotas dos fundos de investimento são valorizadas com base no valor unitário da quota na data de encerramento do balanço, conforme informado pelos Administradores dos respectivos fundos de investimento.

b) Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, e seus respectivos métodos de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 01: títulos com cotação em mercado ativo.
- Nível 02: títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 01" cuja precificação é direta ou indiretamente observável.

	31 de dezembro de 2016			31 de dezembro de 2015		
	Nível 01	Nível 02	Total	Nível 01	Nível 02	Total
I. Títulos para negociação						
Fundos de investimento: Quotas de fundos de investimentos	2.	25.230	25.230	1.606	19.447	21.053
Quotas de fundo de investimento financeiro - DPVAT	-	66.029	66.029	-	45.670	45.670
Títulos de renda fixa - públicos: Letras financeiras do tesouro - LFT	104.811	-	104.811	75.364	27	75.364
Letras do tesouro nacional - LTN	-	-		7.947	-	7.947
Notas do tesouro nacional - NTN-B	19.167	-	19.167	~	-	-
Títulos disponíveis para venda Títulos de renda fixa - públicos:						
Notas do tesouro nacional - NTN-B	12.334	-	12.334	16.279		16.279
Total	136.312	91.259	227.571	101.196	65.117	166.313

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

6. Ativos financeiros--Continuação

c) Movimentação das aplicações financeiras

As movimentações das aplicações financeiras estão demonstradas na tabela abaixo:

	Valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2014	116.999	13.535	130.534
(+) Aplicações(-) Resgates(+) Rendimentos(+/-) Ajuste ao valor justo	114.592 (97.329) 14.551 1.221	2.481 (906) 2.567 (1.398)	117.073 (98.235) 17.118 (177)
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	150.034	16.279	166.313
 (+) Aplicações (-) Resgates (+/-) Transferência de classificação (+) Rendimentos (+/-) Ajuste ao valor justo 	111.739 (87.724) 19.168 18.678 3.342	24.642 (13.948) (19.168) 2.941 1.588	136.381 (101.672) - 21.619 4.930
Saldo final em 31 de dezembro de 2016	215.237	12.334	227.571

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

7. Garantia das provisões técnicas

O Banco Central do Brasil - BACEN, através da Resolução nº4.444, de 13 de novembro de 2015, com suas alterações posteriores, e a SUSEP, através da Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, regulamentaram as normas para a aplicação dos recursos garantidores das provisões técnicas por parte das sociedades seguradoras. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia apresentava as seguintes coberturas:

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão de prêmios não ganho - PPNG	328.841	270.693
Provisão de sinistros a liquidar - PSL	30.273	147.072
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	64.981	39.181
Provisão de despesas relacionadas - PDR	1.155	3
Provisão de despesas administrativas - DPVAT	506	332
Total das provisões técnicas	425.756	457.281
Direitos creditórios	(112.337)	(104.921)
Custo de aquisição diferido redutores de PPNG	(30.438)	(19.478)
Provisão de prêmios não ganho resseguros - PPNG	(114.619)	(95.886)
Recuperação de sinistros a liquidar - PSL	(15.179)	(128.894)
Recuperação de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	(10.793)	(9.240)
Provisão de despesas relacionadas - PDR	(1.004)	(2)
Provisão do consórcio DPVAT	(66.014)	(45.657)
Total das exclusões	(350.384)	(404.078)
Total das provisões técnicas para cobertura	75.372	53.203
Composição dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas:		
Letras financeiras do tesouro - LFT	60.848	29.293
Notas do tesouro nacional - NTN-B	28.230	16.279
Letras do tesouro nacional - LTN		7.947
Quotas de fundos de investimentos	15.367	13.395
Total dos ativos vinculados à cobertura das provisões técnicas	104.445	66.914
Suficiência	29.073	13.711

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

8. Crédito das operações com seguros - Prêmios a receber

	31/12//2016	31/12/2015
Prêmios a receber - circulante Prêmios a receber - não circulante	83.363 48.568	105.710 37.135
Total circulante e não circulante	131.931	142.845
Aging de prêmios a receber:		
Prêmios a vencer		
De 1 a 30 dias	11.912	21.520
De 31 a 60 dias	20.180	16.506
De 61 a 120 dias	25.646	26.143
De 121 a 180 dias	2.075	2.159
De 181 a 360 dias	9.465	10.098
Superior a 360 dias	48.568	37.135
Total de prêmios a vencer	117.846	113.561
Prêmios vencidos		
De 1 a 30 dias	2.686	572
De 31 a 60 dias	-	73
De 61 a 120 dias	1	-
De 121 a 180 dias	9	1
Total de prêmios vencidos	2.696	645
Provisão para perda de valor recuperável	9.5	(4)
Riscos vigentes não emitidos - RVNE	11.389	28.643
Total de prêmios a receber	131.931	142.845
Movimentação dos prêmios a receber		
Saldo inicial	142.845	118.953
(+) Prêmios emitidos	305.846	249.605
(+/-) Riscos vigentes não emitidos - RVNE	(17.254)	(2.651)
(+) Imposto sobre operações financeiras - IOF	11.176	6.305
(+/-) Adicional de fracionamento	359	(822)
(-) Recebimentos	(311.045)	(228.541)
(-) Provisão para perda de valor recuperável	4	(4)
Saldo final	131.931	142.845

De acordo com os fluxos de recebimento de prêmios e parcelamentos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi observado que a Seguradora tem operado com uma média de parcelamento de 03 vezes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

9. Ativos de resseguros - provisões técnicas

31/12/2016	31/12/2015
10.793	9.240
1.004	2
15.179	128.894
195.524	164.029
124.179	218.427
98.321	83.738
	10.793 1.004 15.179 195.524

10. Créditos tributários

Em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$2.841 (R\$536 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a: (i) R\$970 (R\$421 em 31 de dezembro de 2015) referente a créditos tributários de programa de integração social PIS e contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS calculados sobre o saldo da provisão de sinistro a liquidar - PSL e sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR e (ii) R\$1.156 (R\$96 em 31 de dezembro de 2015) referente a créditos tributários de imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL. (iii) R\$715 (R\$19 em 31 de dezembro de 2015) referente a créditos tributários de programa de integração social - PIS e contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS, pago a maior.

11. Custos de aquisição diferidos

	31/12/2015	Constituição	Amortização	31/12/2016
Garantia	13.085	2.866	(746)	15.205
Responsabilidade civil	42	14	(16)	40
Riscos de engenharia	893	482	(336)	1.039
Riscos de petróleo	377	1.003	(393)	987
Riscos diversos	372	16	(209)	179
Riscos nomeados e operacionais	94	323	(349)	68
Lucros cessantes	4	174	(129)	49
Marítimos - cascos	548	502	(436)	614
Total circulante	15.415	5.380	(2.614)	18.181
Garantia	20.468	3.921	(2.173)	22.216
Responsabilidade civil	29	57	(23)	63
Riscos de engenharia	901	1.264	(528)	1.637
Riscos de petróleo	33	303	(237)	99
Total não circulante	21.431	5.545	(2.961)	24.015
Total circulante e não circulante	36.846	10.925	(5.575)	42.196

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

11. Custos de aquisição diferidos--Continuação

	31/12/2014	Constituição	Amortização	31/12/2015
Garantia	10.780	4.070	(1.765)	13.085
Responsabilidade civil	31	18	(7)	42
Riscos de engenharia	839	125	(71)	893
Riscos de petróleo	408	1.221	(1.252)	377
Riscos diversos		372	-	372
Riscos nomeados e operacionais	4	94	-	94
Lucros cessantes		4	-	4
Marítimos - cascos		548	-	548
Total circulante	12.058	6.452	(3.095)	15.415
Garantia	13.350	8.698	(1.580)	20.468
Responsabilidade civil	46	6	(23)	29
Riscos de engenharia	1.355	38	(492)	901
Riscos de petróleo	60	8	(35)	33
Total não circulante	14.811	8.750	(2.130)	21.431
Total circulante e não circulante	26.869	15.202	(5.225)	36.846

Os custos de aquisição diferidos mencionados acima correspondem em sua totalidade às despesas de comissão, que são registradas quando da emissão ou início de vigência do risco, o que ocorrer primeiro, e apropriadas ao resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. O diferimento destas despesas é realizado por meio da mesma metodologia utilizada para o diferimento do prêmio. Todas as despesas de comissão diferidas foram consideradas no teste de adequação dos passivos.

12. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2015	Aquisições	Depreciações	31/12/2016
Equipamentos de informática e			1.40		
telecomunicações	20%	330	13	(91)	252
Instalações	10%	2.063	299	(258)	2.104
Móveis, máquinas e utensílios	10%	694	185	(97)	782
Outras imobilizações	10%	262	16	(33)	245
Total		3.349	513	(479)	3.383

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

12. Imobilizado--Continuação

	Taxa anual de depreciação	31/12/2014	Aquisições	Depreciações	31/12/2015
Equipamentos de informática e					
telecomunicações	20%	255	154	(79)	330
Instalações	10%	613	1.591	(141)	2.063
Móveis, máquinas e utensílios	10%	183	580	(69)	694
Outras imobilizações	10%	91	191	(20)	262
Total		1.142	2.516	(309)	3.349

13. Intangível

	Taxa anual de amortização	31/12/2015	Aquisições	Amortização	31/12/2016
Direito de uso software	20%	2.190	1.065	(870)	2.448
Total		2.190	1.065	(807)	2.448
	Taxa anual de amortização	31/12/2014	Aquisições	Amortização	31/12/2015
Direito de uso software	20%	1.667	1.152	(629)	2.190
Total		1.667	1.152	(629)	2.190

14. Débito das operações com seguro e resseguro - Operações com resseguradoras

	31/12/2016	31/12/2015
Prêmios de resseguro cedido Comissão Outros	100.976 (27.993) 552	100.429 (27.899) 45
Total circulante	73.535	72.575
Prêmios de resseguro cedido Comissão	40.996 (16.712)	32.074 (12.026)
Total não circulante	24.284	20.048
Total geral	97.819	92.623

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

15. Provisão técnica de seguros e resseguros

Sample S		Provisão d	e seguros	(-) Parcela	resseguro	(=) Provis	ão líquida
Provisões de prémios não ganhos	-					31/12/2016	31/12/2015
Provisões de prémios não ganhos	Garantia de operações						
Sinistro a liquidar - administrativo 301 300 (180) (180) 121 121 121 121 121 122		248.795	198,726	(124.889)	(100.163)	123.906	98.563
Sinistro a liquidar - judicial S.638 7.125 (7.136) (5.625) 1.500					(180)	121	120
Sinistros ocorridos mas não avisados 1.993 1.879 (918) (1.037) 1.075 1.49 (1.002) - 1.49 - 1.49 (1.002) - 1.49 (1.002) - 1.49 (1.002) - 1.49 (1.002) - 1.49 (1.002) - 1.49 (1.002) - 1.49 (1.002) - 1.49 (1.002) - 1.49 (1.002) - 1.49 (1.002) - 1.49 (1.002) - 1.49 (1.002) - 1.49 (1.002) - 1.49 - 1.49 (1.002) - 1.49 (1.002) - 1.49 (1.002) - 1.49 - 1.49 (1.002) - 1.49						1.500	1.500
1.151						1.075	842
issoo de engenharia Provisões de prêmios não ganhos Sinistro a liquidar - judicial Sinistros a			-		-		-
Provisões de prêmios não ganhos 26,505 25,768 (22.052) (22.754) 4.453 3 Sinistro a liquidar - administrativo 6.755 7.101 (6.741) (7.049) 14 Sinistro a liquidar - judicial 36 31 (25) (21) 11 Sinistros ocorridos mas não avisados 1.472 1.255 (1.198) (1.220) 274 Provisões de despesas relacionadas 4 3.272 34.158 (30.018) (31.046) 4.754 3 3 PVAT Sinistros a liquidar - judicial 10.777 13.125 - 2.481 3.186 - 2.481 3.186 - 2.481 3.1875 1.277 1.277 1.377 1.3725 - 10.777 1.3777 1.3725 - 10.777 1.3725 - 10.777 1.3725 - 10.777 1.3725 - 10.777 1.3725 - 10.777 1.3725 - 10.777 1.3725 1.3725 - 10.777 1.3725	otal	260.876	208.030	(134.125)	(107.005)	126.751	101.025
Provisões de prêmios não ganhos 26.505 25.768 (22.052) (22.754) 4.453 3 Sinistro a liquidar - administrativo 6.755 7.101 (6.741) (7.049) 14 Sinistro a liquidar - administrativo 2.481 3.186 (25) (21) 11 Sinistro a liquidar - administrativo 2.481 3.186 (30.018) (31.046) 4.754 3 3 (2) (2) 2 2 2 2 2 3 3 4.158 (30.018) (31.046) 4.754 3 3 3 (2) (2) (2) 2 2 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3 3	inne de escabacia						
Sinistro a liquidar - administrativo 6.765 7.101 (6.741) (7.046) 14 Sinistro a liquidar - administrativo 38 31 (25) (21) 11 Sinistro a liquidar - administrativo 38 31 (25) (21) 11 Sinistro a liquidar - administrativo 1.472 1.255 (1.198) (1.220) 274 Provisões de despesas relacionadas 4 3 (2) (2) 2 stal 34.772 34.158 (30.018) (31.046) 4.754 3 AVAT 2 34.158 (30.018) (31.046) 4.754 3 AVAT 3 3.186 2 2.481 3 Sinistro a liquidar - administrativo 10.777 13.125 - 10.7777 13.125 - 10.7777 13.125 - 5.2249 29 Provisões de despesas relacionadas 506 332 - 506 506 332 - 506 stal 66.013 45.657 - 66.013 45 scos de petróleo Provisões de prêmios não ganhos 48.598 37.858 (45.421) (34.972) 3.177 2 Sinistro a liquidar - administrativo 719 115.978 (616) (115.909) 103 Sinistros coorridos mas não avisados 8.792 6.961 (8.368) (6.957) 424 sicos marítimos - cascos Provisões de prêmios não ganhos 3.838 6.546 (2.693) (5.520) 1.145 103 Sinistros coorridos mas não avisados 359 - (268) - 91 fotal 4.647 6.546 (3.404) (5.520) 1.243 sicos diversos Provisões de prêmios não ganhos 557 1.242 (108) (216) 451 Sinistros coorridos mas não avisados 96 51 (31) (11) 65 Total 771 1.419 (175) (267) 596 sesponsabilidade civil geral Provisões de prêmios não ganhos 548 553 (363) (404) 185 Sinistros coorridos mas não avisados 96 51 (31) (11) 65 Total 771 1.419 (175) (267) 596		26 505	25 768	(22 052)	(22 754)	4.453	3.014
Sinistro a liquidar - judicial 36 31 (25) (21) 11 Sinistro a liquidar - judicial 1.472 1.255 (1.198) (1.220) 274 January 2 1.255 (1.198) (1.200) 274 January 2 1.255 (1.198) (1.200) 274 January 2 1.255 (1.198) (1.194) 2 1.255 (1.198) (1.194) 2 1.255 (1.19							52
Sinistros a liquidar - judicial sinistros corridos mas não avisados despesas relacionadas de des							10
Sinistros de despesas relacionadas							35
Sinistro a liquidar - administrativo 2.481 3.186 - 2.481							1
Sinistros a liquidar - administrativo 2.481 3.186 - - 2.481 3. Sinistros a liquidar - judicial 10.777 13.125 - - 10.777 13. Sinistros cocridos mas não avisados 52.249 29.014 - - 52.249 29.014 - - 52.249 29.014 - - 52.249 29.014 - - 50.06 29.016 332 - - - 66.013 45.006 332 - - - 66.013 45.006 332 - - - 66.013 45.006 332 - - - 66.013 45.006 332 - - - 66.013 45.006 332 - - - 66.013 45.006 332 - - - 66.013 45.006 332 - - - 66.013 45.006 332 - - - 66.013 45.006 332 - - - 66.013 45.006 332 - - - 66.013 45.006 332 - - - 66.013 45.006 332 - - - 66.013 45.006 332 - - - 66.013 45.006 332 - - - 66.013 45.006 332 - - - 66.013 45.006 332 - - - 66.013 45.006 332 - - - 66.013 45.006 332 - - - 66.013 45.006 34.006 34.007 34	Provisões de despesas relacionadas	4	3	(2)	(2)		
Sinistros a liquidar - administrativo 2.481 3.186 - 2.481 3.	ital	34.772	34.158	(30.018)	(31.046)	4.754	3.112
Sinistro a liquidar - Judicial 10.777 13.125 - 10.777 13. Sinistro a liquidar - Judicial 10.777 13. 125 - 10.777 13. 13. 125 - 10.777 13. 13. 125 - 10.777 13. 13. 125 - 10.777 13. 13. 125 - 10.777 13. 13. 125 - 10.777 13. 13. 125 - 10.777 13. 13. 125 - 10.777 13. 13. 125 - 10.777 13. 13. 125 - 10.777 13. 13. 125 - 10.777 13. 13. 125 - 10.777 13. 13. 125 - 10.777 13. 13. 125 - 10.777 13. 13. 125 - 10.777 13. 13. 125 - 10.777 13. 13. 125 - 10.777 13. 13. 125 - 10.777 13. 13. 125 - 10.777 12. 125 - 10.777 13. 125	PVAT						
Sinistro a liquidar - judicial 10.777 13.125 - 10.777 13 13 13 15 15 15 15 15		2.481	3.186		-		3.186
Sinistros ocorridos mas não avisados 52,249 29,014 - - 52,249 506 506 332 - - 506				-	-	10.777	13.125
Provisões de despesas relacionadas 506 332 - - 506					-	52.249	29.014
scos de petróleo Provisões de prêmios não ganhos Sinistro a liquidar - administrativo Sinistro a liquidar - administrativo Sinistro a liquidar - administrativo Sinistro socorridos mas não avisados Sinistro socorridos mas não avisados Sinistro a liquidar - administrativo Sinistro socorridos mas não avisados Sinistro socorridos mas não avisados Sinistro socorridos mas não avisados Sinistro a liquidar - administrativo Sinistro socorridos mas não avisados Sinistro a liquidar - administrativo						506	332
Provisões de prêmios não ganhos 48.598 37.858 (45.421) (34.972) 3.177 2 Sinistro a liquidar - administrativo 719 115.978 (616) (115.909) 103 Sinistros corridos mas não avisados 8.792 6.961 (8.368) (6.957) 424 otal 58.109 160.797 (54.405) (157.838) 3.704 2 scos marítimos - cascos Provisões de prêmios não ganhos 3.838 6.546 (2.693) (5.520) 1.145 1 Sinistro a liquidar - administrativo 450 - (443) - 7 7 Sinistros corridos mas não avisados 359 - (268) - 91 otal 4.647 6.546 (3.404) (5.520) 1.243 recos diversos Provisões de prêmios não ganhos 557 1.242 (106) (216) 451 Sinistros a liquidar - administrativo 118 126 (38) (40) 80 Sinistros ocorridos mas não avisados 96 51	otal	66.013	45.657		-	66.013	45.657
Provisões de prêmios não ganhos 48.598 37.858 (45.421) (34.972) 3.177 2 Sinistro a liquidar - administrativo 719 115.978 (616) (115.909) 103 Sinistros corridos mas não avisados 8.792 6.961 (8.368) (6.957) 424 otal 58.109 160.797 (54.405) (157.838) 3.704 2 scos marítimos - cascos Provisões de prêmios não ganhos 3.838 6.546 (2.693) (5.520) 1.145 1 Sinistro a liquidar - administrativo 450 - (443) - 7 7 3 3 1 1 4 1 7 3 4 4 4 1 7 4 443) - 7 7 3 4 4 6 5 6 (2.68) - 91 3 9 - 2 2 1 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4 4<							
Provisões de prêmios não ganhos Sinistro a liquidar - administrativo T19 115.978 (616) (115.909) 103 (157.838) (6.957) 424 (157.838) (157.		40 500	27 959	(45 424)	(34 972)	3 177	2.886
Sinistros ocorridos mas não avisados 8.792 6.961 (8.368) (6.957) 424 otal 58.109 160.797 (54.405) (157.838) 3.704 2 scos marítimos - cascos Provisões de prêmios não ganhos 3.838 6.546 (2.693) (5.520) 1.145 1 Sinistro a liquidar - administrativo 450 - (443) - 7 Sinistros ocorridos mas não avisados 359 - (268) - 91 otal 4.647 6.546 (3.404) (5.520) 1.243 scos diversos Provisões de prêmios não ganhos 557 1.242 (106) (216) 451 Sinistro a liquidar - administrativo 118 126 (38) (40) 80 Sinistros ocorridos mas não avisados 96 51 (31) (11) 65 otal 771 1.419 (175) (267) 596 esponsabilidade civil geral Provisões de prêmios não ganhos 548 553 (363) (404) 185 Sinistro a liquidar - administrativo - 100 - (70) - Sinistros ocorridos mas não avisados 20 21 (10) (15) 10				,			69
total 58.109 160.797 (54.405) (157.838) 3.704 2 iscos marítimos - cascos Provisões de prêmios não ganhos 3.838 6.546 (2.693) (5.520) 1.145 1 Sinistro a liquidar - administrativo 450 - (443) - 7 Sinistros ocorridos mas não avisados 359 - (268) - 91 Otal 4.647 6.546 (3.404) (5.520) 1.243 iscos diversos Provisões de prêmios não ganhos 557 1.242 (106) (216) 451 Sinistro a liquidar - administrativo 118 126 (38) (40) 80 Sinistros ocorridos mas não avisados 96 51 (31) (11) 65 Total 771 1.419 (175) (267) 596 esponsabilidade civil geral Provisões de prêmios não ganhos 548 553 (363) (404) 185 Sinistro a liquidar - administrativo - 100 - (70) - Sinistros ocorridos mas não avisados 20 21 (10) (15) 10							4
Sacos marítimos - cascos Provisões de prêmios não ganhos Sacos marítimos - cascos Provisões de prêmios não ganhos Sacos marítimos - cascos Sinistro a liquidar - administrativo Sinistro a liquidar - administrativo Sinistro a corridos mas não avisados Sacos diversos Sacos diversos Sacos diversos Sacos diversos Sinistro a liquidar - administrativo Sinistro a liquidar - administrativo Sinistro a corridos mas não avisados Sacos diversos Sacos divers	Sinistros ocorridos mas não avisados _	8.792	6.961	(0.300)	(6.937)	424	
Provisões de prêmios não ganhos 3.838 6.546 (2.693) (5.520) 1.145 1 1.45 1.45	otal	58.109	160.797	(54.405)	(157.838)	3.704	2.959
Sinistro a liquidar - administrativo 450 - (443) - 7	iscos marítimos - cascos				1 00 25 20	2000	1 000
Sinistro a liquidar - administrativo 450 - (443) - 7 7 1.419 (175) (267) 596 1.25 1.25 1.25 1.25 1.26 1.26 1.26 1.26 1.27 1	Provisões de prêmios não ganhos	3.838	6.546		(5.520)		1.026
Sinistros ocorridos mas não avisados 359		450	-	(443)	-		-
1.242 1.242 1.245 1.24		359	-	(268)	-	91	-
Provisões de prêmios não ganhos 557 1.242 (106) (216) 451 Sinistro a liquidar - administrativo 118 126 (38) (40) 80 Sinistros ocorridos mas não avisados 96 51 (31) (11) 65 otal 771 1.419 (175) (267) 596 esponsabilidade civil geral Provisões de prêmios não ganhos 548 553 (363) (404) 185 Sinistro a liquidar - administrativo - 100 - (70) - Sinistros ocorridos mas não avisados 20 21 (10) (15) 10	otal	4.647	6.546	(3.404)	(5.520)	1.243	1.026
Provisões de premios não gambos 118 126 (38) (40) 80	iscos diversos						
Sinistro a liquidar - administrativo 118 126 (38) (40) 80		557	1.242				1.026
Sinistros ocorridos mas não avisados 96 51 (31) (11) 65		118	126	(38)	(40)	80	86
esponsabilidade civil geral Provisões de prêmios não ganhos Sinistro a liquidar - administrativo Sinistros ocorridos mas não avisados 20 21 (10) (257) (404) 185 (70) - (70) - (15) 10		96	51	(31)	(11)	65	40
Provisões de prêmios não ganhos 548 553 (363) (404) 185 Sinistro a liquidar - administrativo - 100 - (70) - Sinistros ocorridos mas não avisados 20 21 (10) (15) 10	otal	771	1.419	(175)	(267)	596	1.152
Provisões de prêmios não ganhos 548 553 (363) (404) 185 Sinistro a liquidar - administrativo - 100 - (70) - Sinistros ocorridos mas não avisados 20 21 (10) (15) 10	esnonsabilidade civil geral						
Sinistro a liquidar - administrativo - 100 - (70) Sinistros ocorridos mas não avisados 20 21 (10) (15) 10		548	553	(363)	(404)	185	149
Sinistros ocorridos mas não avisados 20 21 (10) (15) 10		-		(/		-	30
568 674 (373) (489) 195		20		(10)		10	6
Jidi (1-1-)	otal	568	674	(373)	(489)	195	185
(40.470) (040.407) 449.540 7			000 050	(40 4 470)	(048 407)	449 540	78.529
Olai circulante	otal circulante						
otal não Circulante 188.058 160.325 (98.321) (83.738) 89.737 7	otal não Circulante	188.058	160.325	(98.321)	(83.738)	89.737	76.587
otal geral 425.756 457.281 (222.500) (302.165) 203.256 15	otal geral	425.756	457.281	(222.500)	(302.165)	203.256	155.116

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

15. Provisão técnica de seguros e resseguros--Continuação

Movimentações das provisões técnicas sem considerar o ramo DPVAT estão demonstradas na tabela abaixo:

de prêmios não ganhos		31/12/2016			31/12/2015	
	Seguro	Resseguro	Retido	Seguro	Resseguro	Retido
m 1º de janeiro	270.693	(164.029)	106.664	237.279	(153.716)	83.563
Prêmios emitidos no período	271.436	(189.054)	82.382	196.605	(130.006)	66.599
	(203.021)	149.789	(53.232)	(170.914)	126.300	(44.614)
rêmio ganho no período	,	7.770	(2.497)	7.723	(6.607)	1.116
anho variação cambial	(10.267)	7.770	(2.431)	1.123	(0.007)	1.110
inal do exercício	328.841	(195.524)	133.317	270.693	(164.029)	106.664
esenvolvimento das provisões de sinistro	Seguro	Resseguro	Retido	Seguro	Resseguro	Retido
m 1º de janeiro	140.931	(138.136)	2.795	7.204	(5.887)	1.317
ndenizações avisadas	(44.268)	21.261	(23.007)	227.218	(117.370)	109.848
espesas com sinistro	2.527	(1.789)	738	286	(204)	82
	24.319	(1.703)	24.319	(107.730)	(204)	(107.730)
ecuperação de indenização				(25)		(25)
ecuperação de despesa	(424)	(4 552)	(424)		(4 924)	
ariação de sinistro ocorrido mas não avisado	2.565	(1.553)	1.012	4.706	(4.824)	(118)
inistros pagos no período	(81.876)	81.911	35	20.892	(21.393)	(501)
espesas relacionadas pagas	(1.551)	989	(562)	(305)	205	(100)
ecuperação de despesa relacionada	424		424	25	1000	25
ariação cambial	(13.454)	12.048	(1.406)	(11.338)	11.337	(1)
tualização monetária	1.709	(1.707)	2	(2)	-	(2)
inal do exercício	30.902	(26.976)	3.926	140.931	(138.136)	2.795
Movimentação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	Seguro	Resseguro	Retido	Seguro	Resseguro	Retido
sinistros ocorridos mas não avisados						
sinistros ocorridos más não avisados Em 1º de janeiro	Seguro 10.167	Resseguro (9.240)	Retido 927	5.461	(4.416)	1.045
sinistros ocorridos mas não avisados im 1º de janeiro	10.167	(9.240)	927	5.461 588	(4.416) (586)	1.045
sinistros ocorridos más não avisados Em 1º de janeiro Avisos em Atraso				5.461	(4.416)	1.045
sinistros ocorridos más não avisados Em 1º de janeiro visos em Atraso Novimentação	10.167	(9.240)	927	5.461 588	(4.416) (586)	1.045
sinistros ocorridos más não avisados Em 1º de janeiro tvisos em Atraso Movimentação Final do exercício	10.167	(9.240) - (1.553)	927	5.461 588 4.118	(4.416) (586) (4.238)	1.045 2 (120) 927
sinistros ocorridos más não avisados Em 1º de janeiro Avisos em Atraso Movimentação Final do exercício Movimentação da provisão de PDR	10.167 2.565 12.732 Seguro	(9.240) (1.553) (10.793) Resseguro	927 1.012 1.939 Retido	5.461 588 4.118 10.167 Seguro	(4.416) (586) (4.238) (9.240)	1.045 2 (120) 927 Retido
sinistros ocorridos mas não avisados Em 1º de janeiro visos em Atraso Movimentação Final do exercício Movimentação da provisão de PDR Em 1º de janeiro	10.167 2.565 12.732 Seguro	(9.240) (1.553) (10.793) Resseguro	927 - 1.012 1.939 Retido	5.461 588 4.118 10.167 Seguro	(4.416) (586) (4.238) (9.240) Resseguro	1.045 2 (120) 927 Retido
sinistros ocorridos más não avisados Em 1º de janeiro Avisos em Atraso Movimentação Final do exercício	10.167 2.565 12.732 Seguro	(9.240) (1.553) (10.793) Resseguro	927 1.012 1.939 Retido	5.461 588 4.118 10.167 Seguro	(4.416) (586) (4.238) (9.240)	1.045 2 (120) 927 Retido
sinistros ocorridos mas não avisados Em 1º de janeiro visos em Atraso //ovimentação Final do exercício Movimentação da provisão de PDR Em 1º de janeiro //ovimento	10.167 2.565 12.732 Seguro	(9.240) (1.553) (10.793) Resseguro	927 - 1.012 1.939 Retido	5.461 588 4.118 10.167 Seguro	(4.416) (586) (4.238) (9.240) Resseguro	1.045 2 (120) 927 Retido
sinistros ocorridos mas não avisados Em 1º de janeiro visos em Atraso //ovimentação Final do exercício Movimentação da provisão de PDR Em 1º de janeiro //ovimento	10.167 2.565 12.732 Seguro 3 1.152	(9.240) (1.553) (10.793) Resseguro (2) (1.002)	927 1.012 1.939 Retido	5.461 588 4.118 10.167 Seguro 5 (2)	(4.416) (586) (4.238) (9.240) Resseguro (4) 2	1.045 2 (120) 927 Retido
sinistros ocorridos más não avisados Em 1º de janeiro Avisos em Atraso Movimentação Final do exercício Movimentação da provisão de PDR Em 1º de janeiro Movimento Final do exercício Movimento Movimentação da provisão de PSL	10.167 2.565 12.732 Seguro 3 1.152 1.155	(9.240) (1.553) (10.793) Resseguro (2) (1.002) (1.004)	927 1.012 1.939 Retido 1 150 151	5.461 588 4.118 10.167 Seguro 5 (2) 3	(4.416) (586) (4.238) (9.240) Resseguro (4) 2 (2) Resseguro	1.045 2 (120) 927 Retido 1
sinistros ocorridos mas não avisados Em 1º de janeiro visos em Atraso dovimentação Final do exercício Movimentação da provisão de PDR Em 1º de janeiro dovimento Final do exercício Movimento Movimentação da provisão de PSL. Em 1º de janeiro	10.167 2.565 12.732 Seguro 3 1.152 1.155 Seguro 130.761	(9.240) (1.553) (10.793) Resseguro (2) (1.002) (1.004) Resseguro (128.894)	927 1.012 1.939 Retido 1 150 151 Retido	5.461 588 4.118 10.167 Seguro 5 (2) 3 Seguro 1.737	(4.416) (586) (4.238) (9.240) Resseguro (4) 2 (2) Resseguro (1.468)	1.045 2 (120) 927 Retido 1 - 1 Retido
sinistros ocorridos mas não avisados em 1º de janeiro visos em Atraso final do exercício Movimentação da provisão de PDR em 1º de janeiro flovimento final do exercício Movimento final do exercício	10.167 2.565 12.732 Seguro 3 1.152 1.155	(9.240) (1.553) (10.793) Resseguro (2) (1.002) (1.004)	927 1.012 1.939 Retido 1 150 151	5.461 588 4.118 10.167 Seguro 5 (2) 3	(4.416) (586) (4.238) (9.240) Resseguro (4) 2 (2) Resseguro	1.045 2 (120) 927 Retido

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

15. Provisão técnica de seguros e resseguros--Continuação

Movimentações das provisões técnicas sem considerar o ramo DPVAT estão demonstradas na tabela abaixo--Continuação

	31 de	e dezembro de	2016	31 de dezembro de 2015		
Conciliação das provisões	Seguro	Resseguro	Retido	Seguro	Resseguro	Retido
Provisão de sinistros a liquidar	17.015	(15.179)	1.836	130.761	(128.894)	1.867
Provisão de sinistros ocorridos mas não	12.732	(10.793)	1.939	10.167	(9.240)	927
avisados Provisões de despesas relacionadas	1.155	(1.004)	151	3	(2)	1
Provisão total de sinistros	30.902	(26.976)	3.926	140.931	(138.136)	2.795
Provisão de prêmios não ganhos	328.841	(195.524)	133.317	270.693	(164.029)	106.664
Total geral	359.743	(222.500)	137.243	411.624	(302.165)	109.459

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

16. Desenvolvimento de sinistro

O desenvolvimento de sinistros apresentados nessa nota demonstra de forma segregada os ramos comercializados internamente pela Companhia e o DPVAT. Essa separação é realizada, pois para o DPVAT as informações demonstradas são geradas pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Tabela de desenvolvimento de sinistro a liquidar de seguro

Ano de aviso	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Sinistros avisados						
No final de ano de aviso	1-	1.051	20.905	712	131.006	4.441
01 ano depois	-	1.648	20.702	618	106.623	-
02 anos depois	-	1.831	20.735	612		-
03 anos depois	-	1.805	20.735	-	-	-
04 anos depois	_	1.805	-	-	-	-
Correção monetária judicial	-	5	-	-	1.511	-
√ariação cambial	-	-	-		(13.438)	-
Total de sinistros avisados		1.810	20.735	612	94.696	4.441
alta acumulada	-	760	(170)	(100)	(36.311)	_
alta acumulada	-	72%	(1%)	(14%)	(28%)	-
Pagamentos efetuados						
No final de ano de aviso	-	411	8.518	30	686	2.083
01 ano depois	_	1.264	19.699	208	80.376	-
2 anos depois	_	1.774	20.735	312		-
03 anos depois	-	1.774	20.735		1.5	-
04 anos depois		1.774	-	-		-
otal de pagamentos	-	1.774	20.735	312	80.376	2.083
Provisão de sinistros a liquidar		639	12.771	1.742	130.761	17.015
Provisão de sinistro ocorrido não avisado	6.582	1.072	8.009	5.461	10.167	12.732
Total de passivo	6.582	1.711	20.780	7.203	140.928	29.747

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

16. Desenvolvimento de sinistro--Continuação

Tabela de desenvolvimento de sinistro a recuperar de resseguro

Ano de aviso	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Sinistros avisados						
No final de ano de aviso	1 = 1	735	19.445	513	128.832	3.089
01 ano depois	_	1.154	19.494	384	104.489	-
02 anos depois	-	1.282	19.518	378	-	-
03 anos depois	-	1.263	19.518	-	-	-
04 anos depois	-	1.263	-	-	-	-
Correção Monetária Judicial	-	4	-	-	1.511	
Variação Cambial	_	-	-	-	(12.058)	
Total de sinistros avisados	-	1.267	19.518	378	93.942	3.089
Falta acumulada	-	532	72	(135)	(34.890)	_
Falta acumulada	-	72%	-	(26%)	(27%)	-
Pagamentos						
No final de ano de aviso	_	288	7.585	23	249	907
01 ano depois	-	885	18.552	95	81.150	
02 anos depois	-	1.242	19.518	198	-	-
03 anos depois	-	1.242	19.518	-	-	-
04 anos depois	-	1.242	-	-	_	-
Total de pagamentos		1.242	19.518	198	81.150	907
Provisão de sinistros a liquidar	-	447	12.129	1.472	128.894	15.179
Provisão de sinistro ocorrido não avisado	4.403	646	7.039	4.416	9.240	10.793
Total do ativo	4.403	1.093	19.168	5.888	138.134	25.972

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

16. Desenvolvimento de sinistro--Continuação

A seguir seguem os valores referentes às indenizações avisadas, despesas com sinistros e provisão de sinistros ocorridos e não avisados do ramo DPVAT abertos por tipo de sinistro administrativo e judicial, sendo esses valores informados exclusivamente pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

	31/12/2016	31/12/2015
Evolução de sinistros administrativos Até 01 ano	2.481	3.186
Provisão de sinistro a liquidar administrativo	2.481	3.186
Evolução de sinistros judiciais		
Até 01 ano	4.111	4.756
De 01 a 02 anos	2.173	3.035
De 02 a 03 anos	1.402	1.731
De 03 a 04 anos	846	1.076
De 04 a 05 anos	582	828
Superior a 05 anos	1.663	1.699
Provisão de sinistro a liquidar judicial	10.777	13.125
Total provisão de sinistro a liquidar	13.258	16.311
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	52.249	29.014

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro 2016, o capital social subscrito e integralizado é representado por 53.941.999 (44.104.964 em 31 de dezembro de 2015) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de dezembro de 2015, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, mediante subscrição em espécie, com emissão de novas ações, no montante de R\$2.812 com a emissão de 1.634.774 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de emissão de R\$1,72 (em reais) por ação, com base no preço de unitário de emissão. Assim, o capital social de R\$41.548 aumentou para R\$44.360, e o número de ações de 42.470.190 para 44.104.964 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O referido aumento de capital foi aprovado pela Portaria SUSEP/DIRAT nº 1.339, de 15 de abril de 2016.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de dezembro de 2016, foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, mediante a capitalização do crédito de juros sobre capital próprio no montante de R\$4.998 e a subscrição em espécie no montante de R\$14.479, com emissão de novas ações, no montante de R\$19.477 com a emissão de 9.837.035 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,98. Assim, o capital social de R\$44.360 aumentou para R\$63.837, e o número de ações de 44.104.964 para 53.941.999 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Referido aumento de capital ainda se encontra em aprovação pela SUSEP.

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas pela reserva legal constituída por valor correspondente a 5% do lucro auferido pela Companhia, após absorção dos prejuízos acumulados, sendo o restante destinado para reserva de retenção de lucros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido--Continuação

c) Dividendos mínimos obrigatórios e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25%, calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo nº 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, com a aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, após a constituição da reserva legal, foi procedida a distribuição de dividendos parcial aos acionistas, em forma de juros sobre capital próprio, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício Destinação a reserva legal	19.932 (997)	18.859 (943)
Base de cálculo	18.935	17.916
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% Valor dos juros sobre capital próprio creditado em substituição aos	4.734	4.479
dividendos mínimos (*)	(5.880)	(3.760)
Juros sobre capital próprio em relação aos dividendos mínimos obrigatórios	(1,146)	719

^(*) De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia creditou juros sobre o capital próprio dentro dos limites fiscais no montante de R\$5.880 (R\$4.998, líquidos de imposto de renda retido na fonte) e no montante de R\$3.760 (R\$3.196, líquidos de imposto de renda retido na fonte), respectivamente, a favor de seus acionistas. Os juros sobre capital próprio são contabilizados como despesa financeira e para efeito das demonstrações financeiras são demonstrados no patrimônio líquido como distribuição de lucros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

17. Patrimônio líquido--Continuação

d) Detalhamento do patrimônio líquido ajustado - PLA e exigência de capital

	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio líquido Intangível Acréscimo do superávit entre as provisões constituídas	112.200 (2.448) 924	77.615 (2.190)
Patrimônio líquido ajustado - PLA	110.676	75.425
Capital base - CB (a)	15.000	15.000
Capital adicional de risco de subscrição (CRsubs) Capital adicional de risco operacional (CRoper) Capital adicional de risco de crédito (CRcred) Capital adicional de risco de mercado (CRMerc) Benefício da diversificação Capital de risco - CR (b)	12.692 1.746 8.202 2.620 (4.365) 20.895	13.781 1.875 13.309 (3.628) 25.337
Capital mínimo requerido - CMR maior entre (a) e (b)	20.895	25.337
Patrimônio líquido ajustado (-) Exigência de capital - EC Suficiência de capital - R\$	110.676 20.895 89.781	75.425 25.337 50.088
Suficiência de capital (% da EC)	430%	197,69%

A Resolução CNSP nº 321, de 15 de julho de 2015, prevê que o capital mínimo requerido que a sociedade supervisionada deverá manter a qualquer tempo para operar deve ser o maior entre capital base e o capital de risco.

A Seguradora já está adequada à alteração na fórmula de cálculo do patrimônio líquido ajustado definido na Resolução CNSP nº 343, de 26 de dezembro de 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

18. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, estão reconciliados, como se segue:

	31/1	2/2016	31/12/2015		
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	34.946	34.946	32.887	32.887	
Participações estatutárias no lucro	(3.878)	(3.878)	(3.347)	(3.347)	
Juros sobre o capital	(5.880)	(5.880)	(3.760)	(3.760)	
Base de cálculo	25.188	25.188	25.780	25.780	
Encargo total do IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(6.297)	(5.038)	(6.445)	(3.867)	
Outras (Adições)/exclusões permanentes	(54)	(43)	(50)	(30)	
(Adições)/exclusões permanentes no cálculo da tributação	(54)	(43)	(50)	(30)	
Variação cambial	(353)	(282)	(622)	(373)	
Ajuste a valor de mercado	876	701	236	141	
Outras provisões	22	17	(19)	(10)	
(Adições)/exclusões temporárias no cálculo da tributação	545	436	(405)	(242)	
Deduções fiscais	324		173	-	
Marjoração de alíquota CSLL (2015)				(486)	
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	(5.482)	(4.645)	(6.727)	(4.625)	
(Despesa)/receita de tributos diferidos	(544)	(465)	340	331	
Total de receita/(despesa)	(6.026)	(5.110)	(6.387)	(4.294)	

Em 21 de maio de 2015, foi publicada a Medida Provisória nº 675 (MP 675/15) que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de setembro de 2015. Em 7 de outubro de 2015, foi publicada a Lei 13.169, que reduz a alíquota de 20% para 15%, a partir de 2019.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

19. Transações com partes relacionadas

A Companhia efetua operações com empresas relacionadas ao Grupo Vinci Partners Ltda. e ao International Finance Corporation - IFC. As principais operações com essas empresas compreendem a gestão da carteira de investimentos, cujos valores são registrados em despesas financeiras, e a emissão de apólices de seguros e contratos de resseguros, cujos valores são registrados em prêmios emitidos, provisões técnicas, sinistros ocorridos e resultado com resseguro.

Adicionalmente, a Companhia e a Austral Resseguradora S.A. racionalizam seus custos compartilhando despesas administrativas comuns, registradas em despesas administrativas. As transações são efetuadas em condições pactuadas entre as partes e aprovadas pelo Conselho de Administração.

	Ativo		Pas	sivo	Receitas/(despesas)		
Partes relacionadas	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	
Inbrands S.A.		13		-	112	54	
BK Brasil Operação e Assessoria de Restaurante	1		-		97	115	
S.A.		-		2			
Companhia de Marcas	283	-		-	377	~	
BGNE Restaurantes e Comércio de Alimentos			-			1	
S.A.				-			
Companhia Energética do Maranhão	-	-	-	-	-	24	
Unidas S.A.	-	-	-	-	55	14	
Unidas Locadora de Veículos Ltda.	-	47	115	-	603	1.486	
Scorpius Incorporadora S.A.		-	-	-	-	(62)	
CHL Desenvolvimento Imobiliário S.A.	-	-	-	-	1	36	
Cecrisa Revestimentos Cerâmicos S.A.	**	-	-	*	-	(3)	
Canopus Holding S.A		-	-	-	-	119	
Asacorp Empreendimentos e participações S.A	-	-	-	-		68	
Api SPE 04 Desemvolvimento Empr. Imob Ltda.	-	-	*	-		90	
CHL CXLIX Incorporações Ltda.	-	-	-		(4)	-	
CHL LXXIV Incorporações Ltda.	-	15	-	-	-	38	
CHL XVIII Incorporações Ltda.	-			-	10	9	
SPE CHL XCII Incorporações Ltda.	-	-	-	-	-	5	
Gold Los Angeles Empreend. Imobiliários SPE					-	13	
Ltda.	-		-	-			
Gold Senegal Empreend. Imobiliários SPE Ltda.	-	-	4	-	-	(36)	
SLN Indústria de Roupas S.A.		-	-	-	-	2	
Sol energias Comercializadora e energia S.A.	-	-	-	-	M	108	
Vinci Gestão de Patrimônio	-	-	**	-	-	1	
Rei Alvim Comercio de Alimentos Ltda.			-	-	2	-	
Centrais Elétricas do Pará S.A.	-	-	-	-		161	
Fundo de Investimento Imobiliário RM Leblon	-	-	71	60	(1.168)	(444)	
Braquiara Empreendimentos		-	37	31	(398)	(157)	
Vinci Gestora de Recursos Ltda.	**	-	19	12	(262)	(163)	
Austral Participações S.A.	-	-		384	(5.880)	(3.760)	
Austral Resseguradora S.A.	12.548	8.770	34.802	41.263	(24.680)	(33.597)	
Administradores	1	-		-	(1.396)	(1.163)	
Total	12.832	8.845	35.044	41.752	(32.531)	(37.041)	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia não possuía passivo de juros sobre capital próprio. Em 31 de dezembro de 2015, referida obrigação, líquida de imposto de renda na fonte, junto aos seus acionistas era de R\$384.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

20. Ramos de atuação

Os ramos em que as Seguradora opera e seus indicadores de desempenho em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são:

	Prêmios	ganhos	Índice de sinis	tralidade % (a)	Índice de come	rcialização % (b)
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Garantia	86.908	76.573	1,67	10.04	16,85	16,04
Riscos de engenharia	22.698	9.043	5,88	85.31	8,21	10,86
Riscos de engenhana Riscos de petróleo	86.091	83.676	(24,46)	129,44	0,52	1,77
Marítimos - cascos	4.805	208	16,83		11,32	8,45
Riscos diversos	2.253	1.137	52,7	57.78	31,79	36,62
Responsabilidade civil geral	267	277	(0,32)	24,88	15,63	15,71
DPVAT	36.454	35.562	85,7	86,66	1,41	1,42
Total	239.476	206.476	6,25%	75,20%	7,84	7,62

⁽a) Índice de sinistralidade = {indenizações avisadas + despesas com sinistros + salvados e ressarcimentos + variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR)} / {Prêmio emitido líquido - variação da provisão de prêmios não ganhos}.

A composição dos prêmios emitidos diretos antes e depois da cessão de resseguros está demonstrada abaixo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

		reto líquido guro cedido		cedido		resseguro o retido	Perce de rete	entual nção %		entual urado %
Ramos	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Garantia	100.517	105.237	(51,420)	(51.540)	49.097	53.697	48,84	51,02	51,16	48,98
Responsabilidade civil geral	259	172	(128)	(96)	131	76	50,58	44,19	49,42	55,81
Riscos de engenharia	7.088	2.852	(4.384)	(2.636)	2.704	216	38,15	7,57	61,85	92,43
Riscos de engermana Riscos de petróleo	113.934	68,426	(108,559)	(64.245)	5.375	4.181	4,72	6,11	95,28	93,89
Riscos de perioleo	1.742	2.154	(311)	(322)	1.431	1.832	82,15	85,05	17,85	14,95
Lucros cessantes	2,446	2.10-	(2.072)	()	374	-	15,29		84,71	-
Marítimos	8.515	12	(6.345)	.,,	2,170	-	25,48	-	74,52	-
DPVAT	36.704	35.597	-	-	36.704	35,597	100,00	100,00	-	-
Total	271.205	214.438	(173.219)	(118.839)	97.986	95.599	36,13	44,58	63,87	55,42

⁽b) Índice de comercialização = custo de aquisição ganho/prêmio ganho.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

20. Ramos de atuação--Continuação

5		o emitido juro aceito		io cedido seguro		ro (-) ressegure mio retido		ercentual retenção %		ercentual segurado %
Ramos	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Garantia	40.232	19.030	(17.556)	(8.796)	22.676	10.234	56,37	53,78	43,66	46,22
Responsabilidade civil geral	6	9	(3)	(4)	3	5	50,00	55,56	50,00	44,44
Riscos de engenharia	2.619	(145)	(2.286)	208	333	63	12,71	(43, 45)	87,29	143,45
Riscos de petróleo	242	338	(117)	(271)	125	67	51,65	19,58	48,35	80,42
Lucros cessantes	3.056	44	(2.811)	(33)	245	11	8,02	25,00	91,98	75,00
Riscos nomeados operacionais	7.577	1.138	(6.560)	(931)	1.017	207	13,42	18,19	86,58	81,81
Marítimo	456		(354)	-	102	-	22,37		77,63	
Total	54.188	20.414	(29.687)	(9.827)	24.501	10.587	45,22	51,86	54,78	48,14
		sco vigente ido - RVNE		cedido o de RVNE		(-) resseguro io retido		entual nção %		entual urado %
Ramos	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/206	31/12/2015
Garantia	(66)	(11.822)	(851)	5.145	(917)	(6.677)	1.389,39	56,48	(1.289,39)	43,52
Responsabilidade civil geral	(4)	13	(3)	(5)	(7)	8	200,00	61,54	(100,00)	38,46
Riscos de engenharia	(169)	583	(250)	(75)	(419)	508	247,93	87,14	(147,93)	12,86
Riscos de petróleo	(11.054)	1.569	10.072	(648)	(982)	921	8,88	58,70	91,12	41,30
Riscos diversos	(174)	224	26	(40)	(148)	184	86,21	82,14	13,79	17,86
Lucros cessantes		1	-	(1)	-	-	-	-	-	100,00
Riscos nomeados operacionais	948	28	(821)	(23)	127	5	13,40	17,86	86,60	82,14
Marítimos - cascos	(6.735)	6.754	5.679	(5.693)	(1.056)	1.061	15,68	15,71	84,32	84,29
Total	(17.254)	(2.650)	13.852	(1.340)	(3.402)	(3.990)	19,72	150,55	(80,28)	(50,57)
Total geral	308.139	232.202	(189.054)	(130.006)	119.085	102.196	38,65	44,01	61,35	55,99

Prêmio de resseguro por classe de resseguradoras:

	31/12/2016	31/12/2015
Resseguradora local	(97.576)	(77.615)
Resseguradora admitida	(89.845)	(50.703)
Resseguradora eventual	(1.633)	(1.688)
Total	(189.054)	(130.006)

21. Incentivo baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 01 de outubro de 2013, foi aprovado o plano de opção de compra de ações da Austral Participações S.A. ("Austral Participações"), controladora da Seguradora.

O plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo Comitê de Gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Sem prejuízo, o comitê de gestão do plano poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de vesting ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento.

Em reuniões do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizadas em 01 e 02 de outubro de 2013, foram aprovados o primeiro e segundo programas de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.500.000 opções.

Em reunião do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizada em 19 de dezembro de 2014, foi aprovado o terceiro programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 4.832.137 opções.

Em reunião do comitê de gestão do plano de opção de compra de ações realizada em 1º de abril de 2016, foi aprovado o quarto programa de opções de compra de ações, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 76.616 opções.

O primeiro programa prevê três datas de vesting, sendo a última em dezembro de 2014, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de quatro anos a contar da última data de vesting e a partir de cada uma das datas de vesting estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

O segundo programa prevê quatro datas de vesting, sendo a última em setembro de 2016, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de quatro anos a contar da última data de vesting e a partir de cada uma das datas de vesting estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

O terceiro programa prevê de três a cinco datas de vesting, dependendo do beneficiário, sendo a última data de vesting em setembro de 2018, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo de dois anos a contar da última data de vesting e a partir de cada uma das datas de vesting estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

O quarto programa prevê três datas de vesting, sendo a última data de vesting em dezembro de 2018, onde os participantes terão o direito de adquirir suas opções, pelos serviços prestados, por um prazo máximo de até dezoito meses a contar da última data de vesting e a partir de cada uma das datas de vesting estabelecidas pelo comitê de gestão do plano, respeitadas as condições contratuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Para o primeiro e o segundo programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de valorização por simulação de Monte Carlo considerando uma volatilidade de aproximadamente 27,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot do ativo foi inferido a partir de premissas informadas pela Vinci Capital Partners, premissas essas também auditadas por auditor independente no curso normal de auditoria do Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções de ambos os programas é de R\$1,1425, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário.

Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,4922.

Para o terceiro programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 36,5%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga, conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o preço utilizado na emissão primária de ações para o IFC e o preço de exercício das opções é de R\$1,1752, sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,4529.

Para o quarto programa, o valor justo das opções foi estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP e o preço de exercício das opções é de R\$1,2171 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,49.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

A Austral Participações S.A. concede a cada beneficiário uma opção de venda às ações que forem adquiridas em função do exercício da opção de compra pelo participante, assim como possui uma opção de recompra de tais ações. O prazo e preço de exercício de tais opções estão determinados em contratos individuais firmados entre a Austral Participações e os participantes.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 18 de março de 2016, foi aprovado o segundo plano de opção de compra de ações da Austral Participações, controladora da Seguradora.

O segundo plano estabelece condições gerais de outorga pela Austral Participações de opções de compra de ações preferenciais de emissão da Austral Participações a profissionais elegíveis, membros da Administração e empregados da Austral Participações e de suas afiliadas e/ou subsidiárias, pelos serviços prestados, sendo certo que os termos e condições das outorgas são definidos e administrados pelo Comitê de Gestão, segundo as diretrizes e condições estabelecidas pelo plano de opção de compra de ações e que o plano será liquidado em ações da Austral Participações caso e quando as opções forem exercidas, mediante o pagamento pelo preço de exercício a ser efetuado pelo participante.

Sem prejuízo, o comitê de gestão do plano poderá, em cada programa ou contrato individual, estabelecer condições diversas de vesting ou de termo da opção, inclusive a fim de estender os prazos em questão e/ou seu escalonamento.

Em reunião do comitê de gestão do segundo plano de opção de compra de ações realizada em 1º de abril de 2016, foi aprovado o primeiro programa de opções de compra de ações do segundo plano, nos quais a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 1.884.307 opções.

Para o primeiro programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de aproximadamente 38,2%, em linha com as volatilidades de empresas do setor de seguros listadas em bolsa à época da outorga e a curva de taxa de juros pré-fixada nas datas de outorga conforme o mercado futuro de juros negociado na BM&F Bovespa. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2,8316 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir da data da celebração do contrato individual com o beneficiário. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,25.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

Em reunião do comitê de gestão do segundo plano de opção de compra de ações realizada em 5 de setembro de 2016, foi aprovado o segundo programa de opções de compra de ações do segundo plano, no qual a Austral Participações outorgou opções de compra aos beneficiários totalizando 75.748 opções.

Para o segundo programa do segundo plano, o valor justo das opções é estimado na data de outorga, com base no modelo de Black and Scholes considerando uma volatilidade de 38,2%. O preço spot utilizado foi o inferido a partir de informações divulgadas pelo Fundo Vinci Capital Partners II FIQ FIP, e o preço de exercício das opções é de R\$2,8316 sendo este corrigido por índice de inflação e ajustado ainda pela distribuição de valor dos dividendos e juros sobre o capital próprio por ação eventualmente pago pela Companhia a partir de 01 de Abril de 2016. Considerando tais premissas, o valor justo médio ponderado para cada opção outorgada foi de R\$0,41.

A tabela a seguir concilia as opções de compra de ações em aberto da Austral Participações na sua totalidade:

	Quantidade de opções
Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2015	8.938.315
Total de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2015	5.268.176
Totalidade de opções expiradas/extintas no exercício	50.000
Totalidade de opções outorgadas no exercício	2.036.671
Total de opções em aberto em 31 de dezembro de 2016	10.924.986
Total de opções exercíveis em 31 de dezembro de 2016	7.626.930

Caso o beneficiário tenha seu contrato de trabalho rescindido voluntariamente ou involuntariamente, sem justa causa, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício são automaticamente extintas, sem qualquer direito a indenização ou compensação, e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em um determinado prazo, conforme disposto em cada contrato individual.

Na hipótese do contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todas as opções que possam ser exercidas, mais aquelas que não possam ainda ser exercidas são automaticamente extintas de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização.

As 10.924.986 opções em aberto representam uma diluição de até 4,51% sobre um total de 231.242.145 ações da Austral Participações. Nenhuma opção foi exercida até 31 de dezembro de 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

21. Incentivo baseado em ações--Continuação

O efeito do incentivo com base em opções para compra de ações referente aos colaboradores registrados na Austral Seguradora, que fizeram jus às opções da Austral Participações, está registrado no patrimônio líquido da Seguradora como reserva de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$1.754 (R\$1.311 em 31 de dezembro de 2015).

22. Detalhamento de contas de resultado

a) Prêmios

b)

	31/12/2016	31/12/2015
	239.542	202.362
Prêmios cosseguro aceito a congêneres	54.188	20.414
Prêmio cosseguro cedido a congêneres	(5.041)	(23.521)
Prêmio emitido DPVAT	36.704	35.597
Prêmio risco vigente não emitido	(17.254)	(2.650)
Variação das provisões técnicas	(68.663)	(25.726)
Prêmios ganhos	239.476	206.476
Sinistros ocorridos		
	31/12/2016	31/12/2015

	31/12/2016	31/12/2015
Indenizações diretas	44.268	(227.218)
Indenizações DPVAT	(14.567)	(20.664)
Despesas diretas	(2.527)	(286)
Despesas DPVAT	(6.352)	(7.322)
Recuperação de sinistro	(23.848)	107.754
Salvados e ressarcimentos	943	10
Sinistros ocorridos mas não avisados direto	(2.565)	(4.706)
Sinistros ocorridos mas não avisados DPVAT	(10.323)	(2.831)
Total	(14.971)	(155.263)

c) Custo de aquisição

	31/12/2016	31/12/2015
Comissões sobre prêmios emitidos	(25.399)	(29.523)
Recuperação de comissão de cosseguro	1.028	4.932
Variação despesa de comercialização diferida	6.129	9.653
Outros custos de aquisição	(523)	(787)
Total	(18.765)	(15.725)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

22. Detalhamento de contas de resultado--Continuação

d) Resultado com resseguro

		31/12/2016	31/12/2015
	Recuperação de indenização Recuperação de despesas com indenização Recuperação sinistros ocorridos mas não avisados Receita com participação nos lucros Prêmio cedido em resseguro Repasse de salvados e ressarcimento Provisão de prêmio não ganho	(21.261) 1.790 1.553 5.142 (189.054) (552) 39.265	117.370 205 4.824 4.852 (130.006) (7) 3.706
	Total	(163.117)	944
e)	Outras receitas e despesas operacionais		
		31/12/2016	31/12/2015
	Recuperação custo de apólice Recuperação custo bilhete DPVAT Tarifa bancária Tarifa bancária DPVAT Inspeção de risco Provisão de recebimento de prêmios duvidosos Despesas com emissão de apólice Outras despesas DPVAT Outras despesas de resseguro	415 65 (30) (2.063) (94) 2 (10) (775) (646)	27 96 (29) (1.964) (94) 4 - (739) (995)
	Total	(3.130)	(3.094)
f)	Despesas administrativas	31/12/2016	31/12/2015
	Despesas com pessoal próprio e encargos sociais Despesas com localização e funcionamento Despesas com serviços de terceiro Despesas com depreciação e amortização Despesa administrativa DPVAT Outras	(8.929) (3.134) (1.335) (1.248) (1.940) (605)	(7.758) (2.677) (1.968) (910) (1.724) (534)

(17.191)

(15.571)

Total

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

22. Detalhamento de contas de resultado--Continuação

g) Despesas com tributos

	31/12/2016	31/12/2015
Despesas com COFINS	(4.656)	(3.581)
Despesas com PIS	(815)	(611)
Taxa de fiscalização	(414)	(552)
Outras	(198)	(147)
Total	(6.083)	(4.891)

h) Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas		
Títulos para negociação DPVAT	7.890	5.169
Títulos para negociação	15.627	11.206
Títulos disponíveis para venda	3.547	3.369
Com operações de seguros	74.947	92.380
Valorização cambial do disponível	4.477	8.383
Outras receitas	262	271
Despesas		
Títulos para negociação	(1.497)	(1.374)
Títulos disponíveis para venda	(132)	(48)
Com operações de seguros	(70.797)	(91.434)
Encargos com obrigações	(3)	(20)
Desvalorização cambial do disponível	(9.846)	(4.166)
Despesas financeira seguros DPVAT	(7.890)	(5.169)
Outras despesas	(21)	(21)
Total	16.564	18.546

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

23. Resultado por ação - básico

Conforme requerido pelo CPC 41, as tabelas a seguir reconciliam o lucro do exercício aos montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

	31/12/2016	31/12/2015
Numerador Lucro líquido do exercício	19.932 53.942	18.859
Denominador (em milhares de ações)	53.942	44.105
Lucro por ação básico	0,37	0,43

O resultado por ação básico é computado pela divisão do lucro do exercício pelo total das ações em circulação no período.

A Seguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do resultado por ação diluído, conforme determina o CPC 41. Desta forma, o resultado por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do resultado por ação básico demonstrado acima.

24. Eventos subsequentes

A Circular SUSEP nº 543, emitida em 22 de dezembro de 2016, e a Circular nº 544, emitida em 27 de dezembro de 2016, que dispõem sobre as alterações das normas contábeis a serem observadas pelas entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradores locais, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2017, não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

25. Responsáveis

Conselheiros:

Gilberto Sayão da Silva Alessandro Monteiro Morgado Horta Bruno Augusto Sacchi Zaremba

Diretor presidente:

Carlos Frederico da Costa Leite Ferreira

Diretoria:

Petrônio Duarte Cançado

Gerente de contabilidade:

Arthur Teixeira Rodrigues CRC RJ 078.781/O-0

Atuária:

Claudia Novello Ribeiro MIBA nº 2029



Parecer dos atuários auditores independentes

Em conformidade com a Resolução CNSP 321/2015, Acerca das Provisões Técnicas, Ativos Redutores e Requerimentos de Capital em 31 de dezembro de 2016

> Referente à: Austral Seguradora S.A.

Emitido por: EY Serviços Atuariais S.S.



Parecer dos atuários auditores independentes

Aos Conselheiros e Diretores da Austral Seguradora S.A. Rio de Janeiro - RJ

CNPJ: 11.521.976/0001-26

Examinamos as provisões técnicas, exceto aquelas relativas aos consórcios DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras bem como os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Austral Seguradora S.A., em 31 de dezembro de 2016, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, bem como pelas funcionalidades dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião estritamente sobre os itens relacionados no primeiro parágrafo deste parecer, com base em nossos procedimentos de auditoria atuarial, conduzidos de acordo com os princípios gerais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e também com base em nosso conhecimento e experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas.





Esses princípios requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - Susep e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade em 31 de dezembro de 2016 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - Susep, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Nossa opinião não abrange as provisões técnicas dos consórcios Dpvat, conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial independente.





Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, e com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que, no âmbito das referidas amostras, existe, em seus aspectos mais relevantes, correspondência razoável dos dados que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2017

Ricardo Pacheco

MIBA 2.679

EY Serviços Atuariais S.S.

CNPJ 03.801.998/0001-11

CIBA 57



Anexo ao Parecer dos Atuários Auditores Independentes

(A publicação desse Anexo, juntamente com as Demonstrações Financeiras, é facultativa.)

Demonstrativo dos Valores Sujeitos à Auditoria Atuarial em 31/12/2016

Provisões Técnicas (em milhares de reais)	
Provisão de Prêmios Não Ganhos	328.841
Provisão de Sinistros a Liquidar	30.272
Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados	64.981
Provisão de Despesas Relacionadas	1.661
Provisão Complementar de Cobertura	
Total de Provisões Técnicas	425.755
Valores Redutores da Cobertura Financeira das Provisões Técnicas (e	em milhares de reais)
Direitos Creditórios	112.337
Custos de Aquisição Diferidos Redutores de PPNG	30.438
Ativos de Resseguro Redutores de PPNG	114.619
Ativos de Resseguro Redutores de PSL	15.179
Ativos de Resseguro Redutores de IBNR	10.793
Ativos de Resseguro Redutores de PDR	1.004
Ativos de Resseguro Redutores de PCC	
Provisão do Consórcio DPVAT*	66.014
Total de Valores Redutores de Provisões Técnicas	350.384
Patrimônio Líquido Ajustado e Capital Mínimo Requerido (em milhare	s de reais)
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	110.676
Capital Base (b)	15.000
Capital de Risco - Subscrição (c)	12.692
Capital de Risco - Crédito (d)	8.20
Capital de Risco - Operacional (e)	1.746
Capital de Risco - Mercado (f)	2.620
Redução por Correlação dos Riscos (g)	(4.365
Capital de Risco (h) = (c)+(d)+(e)+(f) +(g)	20.89
Capital Mínimo Requerido (i) = Maior entre (b) e (h)	20.89
Suficiência do PLA (a) - (i)	89.78

^{*}Valores não auditados conforme estabelecido pelas normas que definem o alcance da auditoria atuarial.

